

Caixa Econômica Federal

Demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2003 e 2002

Caixa Econômica Federal

Demonstrações financeiras

em 30 de junho de 2003 e 2002

Conteúdo

Relatório da administração	3 - 18
Parecer dos auditores independentes	19 - 20
Balanços patrimoniais	21
Demonstrações de resultados	22
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	23
Demonstrações das origens e aplicações de recursos	24
Notas explicativas às demonstrações financeiras	25 - 63

Relatório da administração

Cidadãos brasileiros,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Caixa Econômica Federal, relativos ao 1º semestre de 2003, nos termos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

1. Introdução

A CAIXA e o novo Governo

O novo governo eleito no ano passado fez dos objetivos estratégicos abaixo, o centro de sua política:

- Inclusão social e redução das desigualdades sociais;
- Crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e com redução das desigualdades regionais;
- Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

O Plano Plurianual de Governo, “Um Brasil para Todos - PPA 2004-2007”, ora em elaboração, estabelece essa orientação como base para as definições específicas de cada unidade do Governo Federal.

Desse modo, a CAIXA, instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, voltada, por sua história e por sua vocação, para contribuir com o desenvolvimento econômico e social do País e a elevação da qualidade de vida dos seus cidadãos, tem se comprometido, desde o primeiro momento da atual gestão, com a concretização desses propósitos.

Foi assim com o Programa FOME ZERO, ao qual a CAIXA ofereceu sua estrutura para que ele pudesse atuar imediatamente, seja com os pagamentos dos benefícios do Programa Cartão Alimentação - PCA, seja com o lançamento do Fundo de Investimento CAIXA FIF FOME ZERO ou, ainda, com a intensa participação nas novas definições para os programas sociais.

Com presença em todo o país, a CAIXA pôde dar o suporte necessário às autoridades federais encarregadas da direção do processo de elaboração do PPA, nas audiências públicas realizadas em todos os Estados brasileiros.

É com esse espírito de integração às novas diretrizes governamentais que a CAIXA apresenta seu Relatório de Administração, no qual se evidencia sua vocação natural para ser um agente privilegiado das mudanças que o país deseja. A atuação da CAIXA na área do desenvolvimento econômico e social dar-se-á sem prejuízo do seu equilíbrio econômico-financeiro.

2. Desempenho econômico-financeiro

No 1º. semestre de 2003, a CAIXA deu mostras de sua capacidade e determinação no aprofundamento das ações para cumprimento de sua missão social, sem sacrifício da qualidade do equilíbrio econômico-financeiro. O lucro líquido registrado no período foi de R\$ 860 milhões, projetando rentabilidade anual da ordem de 34,9% sobre o Patrimônio Líquido Final, muito superior aos 28,0% registrados no 1º. semestre de 2002.

O capital próprio registrado em 30 de junho de 2003, após a distribuição do resultado do semestre, equivale a 18,4% dos ativos ponderados segundo o risco, muito acima, portanto, do percentual mínimo exigido, que é de 11,0%. A CAIXA apresenta-se enquadrada, também, no Índice de Imobilização, tendo registrado imobilizações da ordem de 43,7% de seu Patrimônio Líquido, quando o máximo permitido é de 50%. O indicador de eficiência apurado foi de 52,9%, percentual que mantém o seu desempenho entre os melhores do mercado.

Esses resultados propiciaram a destinação de R\$ 458,9 milhões, a serem repassados à União, a título de dividendos e de juros sobre capital próprio.

3. Ativos administrados

Além dos ativos próprios, que se encontram detalhados nas demonstrações financeiras ora apresentadas, a CAIXA tem sob sua responsabilidade a administração e/ou operação, por delegação do Governo Federal ou determinação legal, dos ativos de diversos Fundos e Programas sociais, para os quais são elaboradas demonstrações financeiras específicas.

Administra, também, ativos de terceiros, instituídos sob a forma de fundos de investimentos de renda fixa, de renda variável, previdenciários e sociais, que têm a sua gestão e demonstrações financeiras também segregadas das relativas à Instituição Financeira “Caixa Econômica Federal”.

Considerando-se a totalidade de ativos sob responsabilidade da CAIXA, obtém-se R\$ 328,8 bilhões, distribuídos conforme a seguir:

Ativos administrados em 30 de junho de 2003

Titular	R\$ bilhões
Caixa Econômica Federal - CAIXA	134,3
Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS	145,3
Programa de Integração Social - PIS	19,8
Fundos de Investimento financeiros	18,3
Fundo de Arrendamento Residencial - FAR	4,8
Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS	4,8
Outros fundos e programas sociais	<u>1,5</u>
Total	<u>328,8</u>

4. Desempenho operacional

4.1 - Canais de atendimento aos clientes e à sociedade

A CAIXA mantém-se firme no propósito de possibilitar o exercício e acesso às atividades bancárias, para todos os segmentos da população brasileira, em especial daqueles atualmente excluídos do Sistema Financeiro Nacional.

Sob essa ótica, está presente em todos os municípios brasileiros, por meio de uma rede física composta por mais de 16 mil pontos de atendimento, responsáveis, no período de janeiro a junho de 2003, pela finalização de 1,8 bilhão de transações:

Rede física - Tipo de unidade	Quantidade de unidades	Em unidades Quantidade de transações
Agências e Postos de Atendimento Bancário - PAB	2.111	229.534.721
Postos de Atendimento Eletrônico - PAE	1.081	17.778.335
Casas Lotéricas	8.936	1.230.880.364
Correspondentes Bancários	2.108	9.987.759
Salas de Auto-atendimento 24 h	<u>2.111</u>	<u>303.507.093</u>
Total	<u>16.347</u>	<u>1.791.688.272</u>

O portal da CAIXA (www.caixa.gov.br), na *internet* (rede mundial de computadores), recebeu 6,1 milhões de acessos, geradores de 207 milhões de visitas a suas páginas eletrônicas.

Destaca-se o acesso eletrônico a informações do FGTS (saldo, extrato e alteração de endereço, entre outros) que beneficiou 5,6 milhões de trabalhadores, com 48,8 milhões de acessos no período.

Cerca de 720 mil pessoas encontram-se cadastradas no portal da CAIXA para receber automaticamente mensagens eletrônicas sobre produtos e serviços por ela operados, em que se incluem os resultados das loterias. No 1º semestre de 2003 foram enviadas 123,3 milhões de mensagens.

O Banco Eletrônico, o *Internet Banking CAIXA*, registra 2 milhões de clientes cadastrados, com movimentação de R\$ 4 bilhões, em 36 milhões de transações, apresentando crescimento de 50% no volume de atendimento, em relação ao mesmo período de 2002.

A rede de *Telemarketing da CAIXA* prestou informações a 37,7 milhões de brasileiros, das quais, cerca de 25% realizadas por atendentes e o restante por centrais de atendimento eletrônico.

A Ouvidoria, por meio do Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC, implementado em 2001 com o propósito de receber dos clientes e dar andamento às suas críticas, sugestões e elogios aos produtos, serviços e atendimento da empresa, recebeu, no 1º semestre de 2003, 54,1 mil manifestações, consolidando-se como mais um eficiente canal de relacionamento com o cliente.

Também no 1º semestre deste ano, a CAIXA deixou de figurar no ranking dos cinco Bancos com maior índice de reclamações de clientes, elaborado e divulgado pelo BACEN.

4.2 - Arrecadação e pagamento de benefícios sociais

FGTS

Dentre os Fundos e Programas Sociais administrados e/ou operacionalizados pela CAIXA, destaque especial deve ser dado ao FGTS, com a gestão de uma base com mais de 439 milhões de contas, das quais 121 milhões referem-se a contas com direito aos créditos complementares e 318 milhões de contas ativas e inativas de titularidade dos trabalhadores brasileiros. Destas 170 milhões de contas possuem saldo zero mais permanecem na base para informações pelo prazo legal de 30 anos. As demais 148 milhões de contas apresentam saldos de R\$ 95,4 bilhões, distribuídos da seguinte forma:

Contas com saldo	Quantidade (milhões)	Valor (R\$ bilhões)
Contas ativas	47	82,0
Contas inativas	<u>101</u>	<u>13,4</u>
Totais	<u>148</u>	<u>95,4</u>

A CAIXA é responsável pela centralização de todos os depósitos e saques feitos nas contas vinculadas dos trabalhadores, que, no 1º semestre de 2003, registraram 19,8 milhões de transações de arrecadação e 8,9 milhões de pagamento, envolvendo, respectivamente, R\$ 12,1 bilhões e R\$ 10,1 bilhões.

O crescimento da arrecadação de contribuições, nos primeiros seis meses de 2003, foi superior ao dos saques efetuados pelos trabalhadores, resultando em uma arrecadação líquida de R\$ 2,0 bilhões e mantendo a evolução e a fase superavitária iniciada no exercício de 2000. Comparativamente ao mesmo período do exercício anterior, a arrecadação líquida teve um incremento nominal de 68,6%, registrando, assim, um recorde da arrecadação líquida na história do FGTS.

Contribuíram para este resultado o esforço de recuperação de créditos e o combate à sonegação, bem como o aprimoramento do processo de arrecadação e fiscalização e a utilização de eficientes recursos tecnológicos, notadamente o conectividade social, que viabiliza o fluxo eletrônico de informações entre os diversos segmentos da sociedade e permite a troca de arquivos referentes ao recolhimento do FGTS e à prestação de informações à Previdência Social.

Além da movimentação relatada, foram efetivados nas contas vinculadas do FGTS 5,8 milhões de créditos complementares decorrentes de planos econômicos, num montante de R\$ 3,2 bilhões, sendo que; desse total, foi sacada, pelos trabalhadores, a quantia de R\$ 3,0 bilhões.

Outros benefícios sociais

Coerente com seu papel social, a CAIXA tem se consolidado como o maior agente arrecadador e pagador de benefícios sociais do País.

Somente no 1º semestre deste ano, adicionalmente aos pagamentos por conta do FGTS, foram realizados mais de 143 milhões de pagamentos por conta de benefícios sociais operados pela CAIXA, registrando crescimento de 47% em relação aos pagamentos feitos no 1º semestre do ano anterior:

Benefícios	Valores em R\$			
	1º semestre 2002		1º semestre 2003	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Rede de proteção social	70.674.556	884.814.170	114.746.306	1.439.391.697
INSS	13.729.629	4.309.409.316	14.490.415	5.125.029.000
Abono	578.180	101.449.217	777.671	170.800.946
PIS	2.632.987	239.272.992	2.864.192	278.150.861
Seguro desemprego	10.053.915	2.702.766.281	10.448.826	3.132.442.441
Totais	<u>97.669.267</u>	<u>8.237.711.976</u>	<u>143.327.410</u>	<u>10.145.814.945</u>

A Rede de Proteção Social, que compreende programas específicos, beneficiou cerca de 6,8 milhões de famílias com o pagamento de 114,7 milhões de benefícios no valor total de R\$ 1,4 bilhão. Destaca-se que 97,5% dos benefícios pagos foram sacados pelas famílias por meio do cartão magnético.

Programas	Valores em R\$			
	1º semestre 2002		1º semestre 2003	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Bolsa Escola	46.565.170	698.477.550	47.739.193	716.086.695
Bolsa Alimentação	581.325	8.719.875	8.949.842	133.978.470
PETI	2	50	352.738	15.190.625
Agente Jovem	-	-	43.519	2.828.735
Auxílio Gás	23.494.270	176.207.025	51.555.531	386.666.482
Bolsa Renda	-	-	5.541.859	166.255.770
PCA	-	-	73.810	3.690.500
Auxílio Aluno	<u>33.789</u>	<u>1.013.670</u>	<u>489.814</u>	<u>14.694.420</u>
Total	<u>70.674.556</u>	<u>884.418.170</u>	<u>114.746.306</u>	<u>1.439.391.697</u>

Foram efetuadas, ainda, 15,0 milhões de transações de arrecadação, por conta do INSS, no valor de R\$ 3,9 bilhões que, no mesmo período de 2002, foram, respectivamente, 13,9 milhões e R\$ 3,5 bilhões, registrando, portanto, crescimento de 7,6% na quantidade e de 11,8% no montante arrecadado.

4.3 - Administração de loterias

Os milhões em prêmios distribuídos pelas loterias representam uma pequena fração dos recursos captados ao longo do ano, sendo parte expressiva deles revertida em benefício da sociedade brasileira por meio de tributos e contribuições sociais ou de repasses a órgãos e entidades de interesse social.

No 1º semestre deste ano foram repassados R\$ 824,7 milhões, para uma arrecadação total de R\$ 1.691,4 milhões, correspondendo a crescimento da ordem de 17,6%, comparado ao mesmo período do exercício anterior:

Destinação da arrecadação das Loterias Federais

Destinação	Valores em R\$	
	1º semestre 2002	1º semestre 2003
Fundo Nacional da Cultura - FNC	39.906.074,88	48.490.802,81
Seguridade Social	231.834.417,67	281.103.909,89
Crédito Educativo	93.734.168,45	116.336.962,44
Secretaria Nacional de Esportes	3.563.188,91	3.399.494,19
Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	39.891.183,30	50.815.928,02
Comitê Olímpico Brasileiro - COB	22.585.598,65	27.478.120,95
Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB	3.985.692,66	4.849.079,01
Testes Especiais (APAE ¹ , Cruz Vermelha, COB e CPB)	260.526,83	252.605,80
Entidades Desportivas	3.393.513,29	3.237.613,53
Adicional Secretaria Nacional de Esportes	63.858.331,79	76.789.947,97
Tributos	175.247.466,07	211.980.944,45
Repases	<u>678.260.162,50</u>	<u>824.735.409,06</u>
Despesas de custeio e manutenção	271.538.560,50	328.001.718,55
Prêmios	<u>443.766.259,85</u>	<u>538.624.975,51</u>
Arrecadação total	<u>1.393.564.982,85</u>	<u>1.691.362.103,12</u>

(1) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

4.4 - Captação de recursos

A CAIXA atua captando recursos em todas as modalidades usualmente praticadas pelas diversas Instituições Financeiras que atuam no mercado nacional. No 1º semestre de 2003 merece destaque o desempenho apresentado pela CAIXA em Cadernetas de Poupança, onde obteve um crescimento de R\$ 0,5 bilhão, em relação ao saldo apresentado em 31 de dezembro de 2002, enquanto que o mercado, no mesmo período, apresenta perda da ordem de R\$ 2,9 bilhões. A participação da CAIXA nesse mercado, que era de 30,6% em dezembro de 2002, passou para 31,0%.

A quantidade de contas de poupança no encerramento do 1º semestre de 2003 é de 22,6 milhões, das quais 22,3 milhões pertencem a pessoas físicas, sendo, aproximadamente, 60% com saldos inferiores a um salário mínimo, evidenciando respeito ao objetivo estatutário de incentivo ao hábito de poupança.

Destaca-se, também, o desempenho obtido na oferta de Letras Hipotecárias realizada na rede de distribuição, onde se registra captação líquida de R\$ 1,1 bilhão, no semestre.

Ao final do mês de ABR/2003, visando a oferecer opção para o público aplicador que procura melhor rentabilidade, atrelada ao alongamento de prazo, a CAIXA lançou a Letra Hipotecária de rendimentos crescentes, disponível na rede de distribuição para clientes interessados em investimentos a partir de R\$ 20 mil.

4.5 - Conta Eletrônica CAIXA AQUI

Fiel ao propósito de possibilitar o acesso aos serviços bancários para o segmento da população brasileira até então excluído do Sistema Financeiro Nacional, a CAIXA priorizou ações visando à difusão da Conta Eletrônica CAIXA AQUI, um dos seus grandes instrumentos para a estratégia de governo de inclusão social em todo o Território Nacional. Em 30 de junho já existiam 221 mil contas abertas, com saldo total de R\$ 9,6 milhões e um saldo médio de R\$ 43,00, sendo que, no dia 07 de agosto de 2003, essa modalidade já superava a casa de 400 mil contas.

4.6 - Serviços bancários

A CAIXA fez-se presente, também, na Prestação de Serviços Bancários, oferecendo à sociedade serviços sob diversas modalidades, onde foram operadas mais de 369 milhões de transações, envolvendo R\$ 39,0 bilhões:

Serviço	Quantidade (milhões)	Valor (R\$ bilhões)
Créditos de salário	8,2	7,1
Cobrança bancária	72,3	16,5
Convênios de arrecadação	286,0	15,1
Contribuição sindical	<u>2,6</u>	<u>0,3</u>
Totais	<u>369,1</u>	<u>39,0</u>

Ainda em relação aos seus Serviços Bancários, a CAIXA oferece aos Estados e Municípios assessoria técnica em Previdência, atividade que ensejou a celebração no semestre de 30 novos contratos, contribuindo para garantir a aposentadoria e pensão de aproximadamente 35 mil servidores públicos. Atualmente, a CAIXA administra recursos da ordem R\$ 2 bilhões, posicionando-se dentre os três maiores gestores de ativos financeiros da Previdência Pública.

4.7 Cartões - Débito e crédito

A partir do segundo semestre de 2002, a CAIXA passou a administrar diretamente toda a sua carteira de cartões, mantendo terceirizados somente os trabalhos de processamento de dados e registrando sensível melhora no desempenho dos produtos. No 1º semestre de 2003, o faturamento dos cartões de crédito da CAIXA, conforme dados adiante, cresceu 16,4% em relação ao mesmo período de 2002:

Evento	1º semestre 2002	1º semestre 2003	Varição
Faturamento (R\$)	1.282.927.169	1.493.350.092	16,40%
Transações (Qtde. em unidades)	21.272.707	22.944.475	7,86%

4.8 - Produtos de fidelização

A CAIXA, em parceria com sua coligada “CAIXA SEGUROS S.A.”, opera nos mercados de Previdência Privada, Capitalização e Seguros, o que lhe possibilitou a colocação de mais de 1,6 milhão de produtos de fidelização junto aos seus clientes, no 1º. semestre de 2003:

Produto	Quantidade (mil)	Valor (R\$ milhões)
Previdência privada - Pessoa física	123,0	21,9
Previdência privada - Pessoa jurídica	6,2	1,3
Capitalização - Pagamento único	545,0	68,4
Capitalização - Pagamentos mensais	249,0	7,0
Seguros	<u>707,0</u>	<u>64,4</u>
Totais	<u>1.630,2</u>	<u>163,0</u>

4.9 - Crédito comercial

No 1º. semestre de 2003, foram realizadas operações de crédito com pessoas físicas e jurídicas no montante de R\$ 8,2 bilhões, superando em 10,4% as operações realizadas no mesmo período do ano anterior.

As operações com pessoas físicas totalizaram R\$ 5,8 bilhões, destacando-se as de crédito rotativo, com R\$ 2,6 bilhões; os empréstimos sob consignação em folha de pagamento, com R\$ 0,7 bilhão; os empréstimos de Crédito Direto ao Consumidor - CDC Automático, com R\$ 0,3 bilhão e as operações de penhor de jóias, com R\$ 2,0 bilhões.

Nas operações com pessoas jurídicas, que totalizaram R\$ 2,4 bilhões, os destaques couberam ao crédito rotativo, com R\$ 0,6 bilhão); às operações de capital de giro, com R\$ 1,2 bilhão e às de apoio ao faturamento das empresas, especialmente as carteiras de desconto, com R\$ 0,3 bilhão, estas que tiveram uma evolução superior a 300% na comparação com o mesmo período do exercício anterior, movimentando um total de 370 mil títulos descontados.

4.10 - Financiamento aos Estudantes do Ensino Superior - FIES

O FIES teve início em 1999, em substituição ao Programa de Crédito Educativo e, desde então, viabilizou a mais de 220 mil estudantes a oportunidade de prosseguirem em seus estudos de nível superior. 67.318 profissionais formaram-se com o apoio do FIES e seus contratos de financiamento já se encontram em fase de amortização.

Durante o 1º. semestre de 2003, 133 mil estudantes aditaram - renovaram por mais um período de estudo - seus contratos de financiamento, o que resultou no repasse de R\$ 274,5 milhões para as instituições de ensino.

4.11 - Acesso à moradia

A CAIXA coloca à disposição da sociedade diversas formas para acesso à moradia, seja por meio de financiamento, de arrendamento residencial, de consórcio, de títulos de capitalização ou de repasse de recursos decorrentes de políticas públicas.

As aplicações em habitação de interesse social foram responsáveis pela viabilização de 125,7 mil unidades habitacionais, atendendo uma população estimada de 510,4 mil pessoas, com geração de aproximadamente 175,0 mil empregos diretos.

Contratações realizadas - 1º semestre 2003

Origem/Programa	Valores em R\$ milhões/Quantidades em unidades			
	Valores contratados	Unidades residenciais	População atendida	Empregos gerados
FGTS/Carta Crédito Individual	1.167	87.944	357.053	111.254
FGTS/Imóvel na Planta	169	5.082	20.633	16.111
Subtotal origem FGTS	<u>1.336</u>	<u>93.026</u>	<u>377.686</u>	<u>127.365</u>
FAT/Carta Crédito Individual	102	1.814	7.365	9.724
FAT/ Imóvel na Planta	10	162	658	953
Subtotal origem FAT	<u>112</u>	<u>1.976</u>	<u>8.023</u>	<u>10.677</u>
PAR	243	9.855	40.011	23.166
PSH	<u>155</u>	<u>21.026</u>	<u>85.366</u>	<u>14.814</u>
Totais	<u>1.846</u>	<u>125.883</u>	<u>511.086</u>	<u>176.022</u>

As operações com recursos da própria CAIXA compreenderam R\$ 261,8 milhões, distribuídos entre financiamentos de material de construção, carta de crédito, financiamento de imóvel na planta e financiamentos ligados à poupança de crédito imobiliário.

Ainda no que respeita ao acesso à moradia, foram realizadas no 1º semestre de 2003, 7.178 novas adesões ao consórcio imobiliário, para habilitação a R\$ 357,3 milhões em cartas de crédito. Desde o seu lançamento, ao final de 2002, o consórcio já contemplou 282 consorciados, por meio de sorteios e lances, com emissão de 265 cartas de crédito.

4.12 - Administração de ativos de terceiros

A CAIXA encerrou o 1º semestre de 2003, tendo sob a sua administração 62 fundos de investimento, distribuídos entre fundos de renda fixa, variável, previdenciários e sociais e 15 carteiras de terceiros, alcançando patrimônio líquido total da ordem de R\$ 70,6 bilhões, com um incremento real de 6,5%, em relação ao registrado ao final de DEZ/2002, evoluindo, em consequência, da sétima para a sexta posição no *ranking* de Fundos de Investimento pelo critério da Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID - Fundos de Rede.

O Fundo de Investimento Imobiliário Almirante Barroso - FAMB II, cuja oferta pública foi encerrada em 03 de fevereiro de 2003, teve a venda da totalidade das 104.800 cotas disponíveis concluída antes do encerramento do prazo legal, previsto para 18 de maio de 2003. O Fundo conta com 5.259 investidores proprietários, com aplicação média de R\$ 18.024,34.

Outro destaque do período foi o lançamento, em 24 de fevereiro de 2003, do CAIXA FIF Fome Zero, em que a CAIXA repassa 50% de sua taxa de administração bruta para o Programa Fome Zero. O Patrimônio Líquido deste Fundo é de R\$ 40,6 milhões, com uma receita acumulada de taxa de administração de R\$ 557 mil, ao final do 1º semestre de 2003.

4.13 - Desenvolvimento Urbano e Habitação Social

Sob a orientação do Governo Federal, a CAIXA busca atuar com foco na promoção do desenvolvimento urbano brasileiro, por meio de processos participativos, formando rede de parceiros e fomentando inovações tecnológicas que resultem em melhoria da qualidade e da produtividade das intervenções.

As parcerias na área de habitação envolvem a construção de moradias, implantação de infraestrutura básica, formação de mão-de-obra e educação sanitária e ambiental, por meio de sistemas de co-gestão, especialmente com a participação dos municípios e das comunidades beneficiárias.

No decorrer do 1o. semestre de 2003, a CAIXA desenvolveu novas parcerias no âmbito dos seus diversos programas habitacionais de interesse social e de gestão e de desenvolvimento urbanos, a exemplo do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH, do Programa de Arrendamento Residencial - PAR e do Programa de Revitalização de Sítios Históricos - PRSH.

PRSH

No âmbito do PRSH, a CAIXA busca novos parceiros para promover a reabilitação das áreas centrais degradadas das cidades brasileiras, com a visão de integrar a conservação e a preservação do patrimônio histórico e cultural com o desenvolvimento urbano.

No 1º semestre de 2003, foram contratadas 6 operações do PAR - Reforma, no âmbito do PRSH, totalizando 164 unidades habitacionais. Ainda neste ano, deverão ser disponibilizados recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT para a recuperação de imóveis residenciais e comerciais localizados em áreas urbanas centrais.

Programa CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local

O Programa CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local tem por objetivos principais premiar, disseminar e incentivar o apoio a ações bem sucedidas que se constituam em fontes de inovação, aplicação, inspiração e de conhecimento para novas abordagens relativas às questões da habitação, saneamento, infra-estrutura e do meio ambiente.

Em relação à edição anterior do Prêmio CAIXA Melhores Práticas, em que foram inscritos 133 projetos, nesta edição a quantidade de inscrições praticamente dobrou, com 259 projetos originários de 22 unidades da federação, demonstrando que esta iniciativa da CAIXA tem despertado grande interesse entre entes governamentais, empresas, sociedade civil, ONGs e a população em geral. O resultado da seleção das 20 melhores práticas de cada região será conhecido no segundo semestre do ano em curso.

Programas de Saneamento e Infra-Estrutura

Os contingenciamentos vigentes para a concessão de créditos ao Setor Público representam um desafio à atuação da CAIXA neste segmento. Assim, no decorrer do exercício de 2003, a instituição vem buscando alternativas para a viabilização de projetos ligados a Saneamento e Infra-Estrutura, de modo a dar execução aos recursos disponíveis no orçamento do FGTS, destinados aos diversos programas a ele vinculados, no montante de R\$ 1,4 bilhão.

Programas de Desenvolvimento Econômico e Social

A CAIXA opera, desde 1997, os Programas Nacionais de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros - PNAFE e de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM, destinados, respectivamente, ao fortalecimento e à modernização das Secretarias de Fazenda, Finanças e Tributação e órgãos responsáveis pela administração da área fiscal dos Estados e a auxiliar os municípios brasileiros a melhorarem a eficiência e a transparência das gestões administrativa e fiscal, buscando o equilíbrio entre as suas receitas e despesas.

Estes programas envolvem recursos contratados pela União junto ao BID, da ordem de US\$ 1,6 bilhão. No 1º semestre de 2003, foram liberados ao PNAFE, que se encontra em fase final de execução, a quantia de R\$ 30,5 milhões e ao PNAFM, em estágio preliminar de execução, o montante de R\$ 17,2 milhões.

Repasso de Recursos do Orçamento Geral da União - OGU

O ciclo de liberação dos recursos do OGU, no 1º semestre de 2003, teve impacto das determinações contidas no Decreto 4.594, de 13/02/2003. Foram autorizados pagamentos no montante de R\$ 112 milhões, mantendo-se, em processamento, ao final do semestre, solicitações de desembolso da ordem de R\$ 260,5 milhões, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Gestor	Valores em R\$ mil	
	Liberações	Em processamento
ANA - Agência Nacional de Águas	69,0	10.394,8
EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo	23.890,4	17.592,1
FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente	1.623,2	2.151,9
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	14.462,2	27.974,1
MCIDADES - Ministério das Cidades	58.632,8	66.877,2
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário	11.840,2	65.470,2
MDA/INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária	152,5	62.710,8
MESPORTE - Ministério do Esporte	<u>1.461,4</u>	<u>7.308,7</u>
Totais	<u>112.131,7</u>	<u>260.479,8</u>

Programas de apoio à Saúde

No 1º semestre de 2003, a CAIXA esteve presente, também, na área de saúde, realizando 61 operações de capital de giro, no valor de R\$ 39,8 milhões, no âmbito do programa CAIXA Hospitais, a hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, na forma de antecipação de recursos a receber do Ministério da Saúde, referente aos serviços ambulatoriais e de internações prestados ao Sistema Único de Saúde - SUS. Encontram-se, ainda, aprovadas mais 145 operações, atualmente em fase de contratação, no valor de R\$ 79,2 milhões.

A CAIXA também atua no repasse de recursos vinculados ao Programa de Reestruturação Financeira e Modernização Gerencial das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos Vinculado ao SUS, operado em parceria com o Ministério da Saúde e o BNDES. Este Programa destina-se a viabilizar o equilíbrio econômico-financeiro e aprimorar a capacidade de gestão das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, passando atualmente por reavaliação pela CAIXA e Ministério da Saúde.

A CAIXA realiza, também, mediante convênio com o Fundo Nacional de Saúde - FNS e com a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, repasses de recursos destinados a órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica ou fundacional, empresas públicas ou entidades particulares filantrópicas. Estes repasses são pleiteados por meio de Planos de Trabalho apresentados aos Serviços de Convênios e Coordenações de Saúde nas capitais dos Estados. No 1º semestre de 2003 foram repassados R\$ 9,8 milhões por conta do FNS e R\$ 94,6 milhões por conta da FUNASA.

5. Operações com títulos e valores mobiliários

Carteira de títulos CAIXA

A Carteira de títulos da CAIXA apresentou receita no período de R\$ 6,2 bilhões, sendo R\$ 6,1 bilhões referentes à apropriação de rendimentos e R\$ 0,1 bilhão de deságio.

Os valores referentes à categoria “títulos mantidos até o vencimento”, constantes das Notas Explicativas, refletem a intenção da Administração, que confirma sua plena capacidade financeira para os manter conforme determina o Art. 8º da Circular nº 3.068/2001.

Atuação da CAIXA como Dealer

O BACEN efetua, mensalmente, avaliação de desempenho das instituições autorizadas a operar diretamente com a mesa de operações de mercado aberto daquela autoridade monetária - Instituições *Dealer*. Durante todos os meses, a CAIXA ficou classificada em primeiro lugar dentre as instituições credenciadas.

Na avaliação, são consideradas as atuações das instituições financeiras no mercado secundário - compra e venda finais de títulos, participações nos leilões primários, volume de operações compromissadas entre bancos e relacionamento com o BACEN.

6. Administração de riscos

A partir das diretrizes definidas nas Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº. 2.099/94, 2.682/99 e 2.554/99, referentes à alocação de capital e ao controle de exposição a riscos, a CAIXA alcançou, no 1º semestre de 2003, resultados efetivos na redução dos riscos operacionais, de crédito, de mercado e corporativo.

Para identificar e avaliar os riscos operacionais, a CAIXA implementou modelo de gerenciamento com enfoque:

- **Qualitativo** - Que visa à identificação e qualificação dos riscos, a fim de implementar ações necessárias para minimizá-los;
- **Quantitativo** - Que visa ao cálculo do valor em risco (VaR Operacional), o qual é feito com base na frequência - número de ocorrências - e severidade - valor - das perdas operacionais referentes às operações executadas na empresa.

Em relação ao risco de crédito, o principal objetivo foi o de garantir a eficácia no atendimento a clientes e parceiros, por meio do desenvolvimento de processos e rotinas voltados para a satisfação de suas necessidades e expectativas, compreendendo a revisão dos diversos modelos de avaliação utilizados.

A CAIXA implantou, também, ferramentas de mensuração de risco de mercado e de risco de liquidez, derivados das posições assumidas no mercado, possibilitando à empresa definir políticas e implementar modelos para gerenciamento desses riscos.

A CAIXA vem desenvolvendo também o Projeto “Modelo de Monitoramento de Riscos Globais”, cujos objetivos são desenvolver e disponibilizar ferramentas de gestão do risco global, bem como consolidar e monitorar a exposição a riscos na empresa.

7. Prevenção contra crimes de lavagem de dinheiro

Reconhecendo a CAIXA como referência na atividade de prevenção contra crimes de lavagem de dinheiro, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF recomendou a empresa como ponto de contato e informação, em JAN/2003, quando da visita ao país de representante da Comissão Interamericana de Controle do Abuso de Drogas da Organização dos Estados Americanos - CICAD/OEA. A Comissão enviou representante com o intuito de conhecer as instituições brasileiras envolvidas no combate aos crimes de lavagem de dinheiro e, assim, desenvolver o programa de Cooperação Técnica denominado “Apoio à Criação e Desenvolvimento de Unidades de Inteligência Financeira na América do Sul”, capaz de atender às especificidades da realidade brasileira.

A CAIXA alcançou, no 1º. semestre de 2003, o índice de 98,5% de empregados treinados no seu segundo curso de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.

8. Controles internos, transparência e conformidade

A CAIXA continua investindo em aperfeiçoamento de controles e no desenvolvimento de uma cultura de *compliance* na organização.

No 1º. semestre de 2003, foi efetuado treinamento das equipes de controles internos e conformidade, de todas as áreas gestoras, o que permitiu a atuação desses profissionais na elaboração e implementação de planos de melhoria de processos que suportam os negócios da CAIXA.

Na direção da melhoria dos controles internos da CAIXA, foram implementadas novas metodologias e ferramentas de controle, compreendendo, entre outras, o monitoramento do processo de lançamento de sistemas, produtos e serviços e o sistema de avaliação de transações “on-line”.

Em JUN/2003, em parceria com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - APIMEC, foi realizado encontro com profissionais do mercado de capitais com objetivo de apresentar-lhes os resultados obtidos pela CAIXA no primeiro trimestre deste exercício.

9. Programa de Racionalização de Gastos e Eliminação de Desperdícios - PROGED

O PROGED foi criado com o intuito de preparar a otimização e proporcionar permanente análise e equilíbrio do nível de gastos administrativos da CAIXA à sua real capacidade de geração de receitas operacionais.

Este Programa é uma iniciativa estratégica que atua pontualmente nas ineficiências existentes e aponta e estimula a adoção de soluções inovadoras, tendo alcançado, no 1º. semestre de 2003, economia de mais de R\$ 81 milhões. Esta economia em 31 de julho de 2003 já alcança a cifra de R\$ 103 milhões, garantindo para o exercício redução mínima de R\$ 212 milhões.

10. Atuação sócio-cultural e em marketing

Prêmios e certificados conquistados pela CAIXA

Marketing Best/Responsabilidade Social, com os Programas “Revitalização de Sítios Históricos e Moradia Camponesa”, que geraram significativos ganhos institucionais ao reforçar a imagem da empresa perante o público formador de opinião. O projeto Moradia Camponesa surgiu a partir da necessidade de buscar a melhoria da qualidade de vida e das condições de trabalho e renda das famílias de pequenos agricultores gaúchos, mediante parceria entre a CAIXA, o Movimento dos Pequenos Agricultores do Rio Grande do Sul, a Secretaria de Habitação daquele Estado, a Agência Gaúcha de Fomento e a Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Sarandi/RS.

Top Marketing da ADVB - Associação dos Dirigentes de Vendas e *Marketing* do Brasil, com o projeto “CAIXA Aqui”.

Prêmio *iBest*, o *site* da CAIXA teve destaque entre os três melhores do país, nas categorias Serviços Públicos, Bancos e Regional/DF.

Certificado de empresa Parceira do Programa Fome Zero, conferido pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome - MESA.

Sócio-cultural

Dentro da nova política do Governo Federal, a CAIXA tem contribuído para o surgimento de novos talentos e geração de emprego. O Projeto Vozes do Brasil, que vem sendo apresentado no Conjunto Cultural da CAIXA em Brasília, tem toda a sua renda destinada ao Projeto CAIXA Fome Zero, abre espaço para a apresentação de músicos e bandas locais e oferece estágios para jovens carentes nas áreas de montagem de palco, iluminação e sonorização do espetáculo.

Patrocínios

O patrocínio oficial da CAIXA ao esporte destinou neste ano R\$ 3,35 milhões aos atletas da Confederação Brasileira de Atletismo - CBAAt, o que possibilitou, dentre outras aplicações, formar uma delegação de 34 atletas para os jogos Pan-Americanos de Santo Domingo. O atletismo deu ao Brasil naqueles jogos 16 medalhas, sendo quatro de ouro, seis de prata e seis de bronze.

11. Projeto CAIXA Fome Zero

A participação da CAIXA no Programa Fome Zero ocorre dentro de distintas modalidades de relacionamento com o MESA.

Atividades desenvolvidas por iniciativa da CAIXA

- **FIF Caixa Fome Zero** - Lançado em fev/2003, o Fundo repassa 50% da taxa de administração ao MESA, para apropriação ao Programa Fome Zero. Do seu lançamento até JUN/2003, o Fundo já destinou ao Programa a quantia de R\$ 278,5 mil;
- **Programa Primeiro Emprego - Adolescente Aprendiz** - Lançado em abr/2003 e alinhado à Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000), prevê a abertura de 3 mil vagas, sendo 700 delas preenchidas ainda em 2003.

Atividades delegadas pelo MESA à CAIXA

- **PCA** - Lançado em MAR/2003, o Programa destina-se ao pagamento de R\$ 50,00 a famílias em situação de insegurança alimentar, diretamente nos seus municípios de residência por meio de cartão magnético. Desde o seu lançamento até JUN/2003, o Programa beneficiou 74 mil famílias, em 93 municípios, com o valor total de R\$ 3,7 milhões;
- **Conta para recebimento de doações financeiras** - Aberta com o número 2.003-3, operação 006, agência Capital-DF (0647), em FEV/2003 e disponibilizada em 14 mil pontos de atendimento da CAIXA, para recebimento de doações em favor do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Até o final do semestre, arrecadou R\$ 567 mil em 40 mil doações, dentre as quais as do Projeto Vozes do Brasil.

Atividades desenvolvidas em parceria

- **Arrecadação de alimentos não perecíveis na rede de agências CAIXA** - lançada em MAR/2003, até JUN/2003, a atividade propiciou 44.679 doações de 420 toneladas de alimentos para entidades indicadas pelos Conselhos Municipais indicados pelo MESA;
- **Acordo de cooperação** - celebrado entre a CAIXA, o MESA, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento do Brasil - PNUD e o *Department of Financial Institutions* - DFID - organismo de cooperação da Inglaterra, objetivando a realização de estudos e a implementação de projetos de Desenvolvimento Local, como meio de concretização das ações estruturantes do Programa Fome Zero.

12. Capacitação da força de atendimento

Recursos humanos

Atualmente, a CAIXA conta no seu quadro efetivo com 55 mil empregados, compreendendo Escriturários, Técnicos Bancários e Técnicos Bancários Superior e de Carreira Profissional.

No 1º semestre de 2003 foram registradas 93,3 mil participações em treinamentos, o que evidencia a priorização da CAIXA na capacitação dos seus empregados, considerada fator essencial para o incremento dos seus negócios:

Cursos/outros	Em unidades Quantidade de empregados
Cursos da Universidade CAIXA	31.986
Pós-Graduação <i>Lato e Strictu Senso</i>	143
Workshops e Seminários	878

No mesmo período, o Programa Saúde CAIXA, proporcionou cerca de 500 mil atendimentos a 207 mil beneficiários, empregados da CAIXA e seus dependentes.

Recursos de tecnologia e rede física

Investimentos realizados no semestre

Recursos	Valores em R\$ mil
Equipamentos de processamento de dados	56.921
Programas básicos	74.380
Salas de auto-atendimento	7.000
Equipamentos de comunicação	<u>458</u>
Total	<u>138.759</u>

Os investimentos foram direcionados prioritariamente a projetos visando à expansão e melhoria da rede física e do atendimento ao público e à qualificação e racionalização dos controles internos da CAIXA. Além dos investimentos, foi destinado, no período, o montante de R\$ 409 milhões, para o custeio de atividades de tecnologia - produção e desenvolvimento.

13. Reconhecimento

O Conselho Diretor registra o seu reconhecimento a todos os colaboradores da CAIXA, que não mediram esforços na execução de diversos programas de governo; na disponibilização diária dos seus canais de atendimento; no aprimoramento constante dos seus recursos, produtos e serviços; no desenvolvimento de créditos e financiamentos simplificados e alternativos aos diversos segmentos da sociedade, em absoluta sintonia com a vocação empresarial de permanente busca de melhores alternativas que contribuam com o Governo Federal nos seus esforços para a inclusão social dos brasileiros e para o desenvolvimento econômico do País.



KPMG Auditores Independentes

Mail address
Caixa Postal 8723
70312-970 Brasília, DF
Brazil

Office address
SBS Quadra 2 - Bl. A, nº 1, sl. 502
Edifício Casa de São Paulo
Setor Bancário Sul
70078-900 Brasília, DF
Brazil

Central tel 55 (61) 223-2024
Fax National 55 (61) 224-0473
www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Ao
Conselho de Administração da
Caixa Econômica Federal
Brasília - DF

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Caixa Econômica Federal (CAIXA) levantados em 30 de junho de 2003 e 2002 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames, exceto pelo assunto mencionado no parágrafo seguinte, foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da CAIXA; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da CAIXA, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6 (b), a CAIXA possui créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), correspondentes a contratos habitacionais, próprios e adquiridos de outros agentes, com cobertura do FCVS. A realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A administração da CAIXA vem implementando um processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para o enquadramento a tais normas e procedimentos. A evolução desse processo de análise e conferência possibilita que os créditos, em 30 de junho de 2003, sejam segregados em contratos já habilitados pelo FCVS, contratos com negativa de cobertura, com ou sem possibilidade de recurso para reavaliação da negativa, e os contratos pendentes de análise e conferência. A administração da CAIXA, com base nessas informações, estabeleceu um critério para estimar as prováveis perdas decorrentes de contratos não habilitados, que pode ser considerado como sendo a melhor estimativa possível na atual circunstância. Entretanto, em virtude da pequena experiência histórica de perda efetiva e da recuperação de créditos decorrentes de contratos que inicialmente não haviam sido homologados pelo FCVS, bem como em razão da existência de contratos pendentes de análise e conferência, entendemos que a referida estimativa de perda está sujeita a alterações, cujos efeitos sobre a provisão para perdas, registrada na rubrica “Relações interfinanceiras - Créditos vinculados - Sistema Financeiro da Habitação”, no valor de R\$ 4.919 milhões, em 30 de junho de 2003 (R\$ 1.908 milhões em 30 de junho de 2002), não são possíveis de serem previstos nesse momento.



4. Em nossa opinião, exceto pelos eventuais efeitos decorrentes do assunto discutido no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal em 30 de junho de 2003 e 2002, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
5. A CAIXA, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 19 (b), possui registrado em seu ativo o valor de R\$ 1.872 milhão (R\$ 1.998 milhão em 30 de junho de 2002), correspondente a créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, cuja realização e manutenção estão condicionadas à geração futura de lucros tributáveis e ao atendimento às regras definidas pela Resolução nº 3.059/02 do Banco Central do Brasil.
6. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15 (a), a CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sob a alegação de falta de recolhimento de contribuição previdenciária sobre determinados pagamentos efetuados aos seus empregados, e pela Receita Federal, sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP. Consoante entendimento de suas áreas jurídica e tributária, que alegam não serem passíveis de incidência de contribuição previdenciária todas as verbas relacionadas pelo INSS, e em face das possibilidades de êxito parcial na defesa da autuação referente ao PIS/PASEP, a administração da CAIXA entende não ser necessária a constituição de provisões para contingências referentes a essas autuações, complementares àquelas já existentes, e que totalizam R\$ 101 milhões (INSS) e R\$ 551 milhões (PIS/PASEP), em 30 de junho de 2003 (INSS - R\$ 218 milhões e PIS/PASEP - R\$ 500 milhões, em 30 de junho de 2002).

31 de julho de 2003

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-DF

Francesco Luigi Celso
Contador CRC SP175348/O-5-S-DF

Caixa Econômica Federal

Balancos patrimoniais

em 30 de junho de 2003 e 2002

(Em milhares de reais)

Ativo	2003	2002	Passivo	2003	2002
Circulante	52.883.204	26.356.002	Circulante	110.454.259	95.393.552
Disponibilidades	536.118	525.608	Depósitos (Nota 11)	77.187.528	72.689.713
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	1.799.052	3.986.754	Depósitos à vista	4.297.877	4.087.659
Aplicações no mercado aberto	1.799.052	3.927.585	Depósitos de poupança	42.909.024	39.763.966
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	59.169	Depósitos interfinanceiros	-	20.009
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	22.417.740	8.768.879	Depósitos a prazo	24.666.333	25.372.029
Carteira própria	19.458.026	6.430.634	Depósitos especiais e de fundos e programas	5.314.294	3.444.011
Vinculados a compromissos de recompra	2.957.060	2.316.859	Depósitos em moeda estrangeira	-	2.039
Vinculados a prestação de garantias	2.519	6.719	Captações no mercado aberto(Nota 11)	23.246.740	7.910.620
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5(e))	135	14.667	Carteira própria	18.893.817	2.285.611
Relações interfinanceiras	16.147.586	7.904.656	Carteiras de terceiros	4.352.923	5.625.009
Pagamentos e recebimentos a liquida:	865.257	630.818	Recursos de aceites e emissões de títulos	531.181	6.669.948
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central (Nota 6(a))	15.170.735	7.143.330	Recursos de letras hipotecárias (Nota 12)	531.181	6.669.948
Correspondentes	111.594	130.508	Relações interfinanceiras	647.912	708.488
Relações interdependências	278.730	76.752	Recebimentos e pagamentos a liquida:	647.794	708.387
Recursos em trânsito de terceiros	42.131	33.014	Correspondentes	118	101
Transferências internas de recurso:	236.599	43.738	Relações interdependências	208.473	200.972
Operações de crédito (Nota 7)	8.243.448	3.340.319	Recursos em trânsito de terceiros	85.185	86.129
Empréstimos, títulos descontados e financiamento:	6.262.166	3.934.759	Transferências internas de recurso:	123.288	114.843
Financiamentos imobiliários	3.326.391	363.089	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5(e))	205.960	142.288
Provisão para operação de créditos de liquidação duvidosa:	(1.345.109)	(957.529)	Outras obrigações (Nota 15)	8.426.465	7.071.523
Outros créditos	2.598.716	816.877	Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhado:	355.569	404.050
Carteira de câmbio	11	-	Carteira de câmbio	1	-
Rendas a receber (Nota 8(a))	884.790	605.607	Sociais e estatutárias	508.892	129.051
Valores específicos	21.307	20.385	Fiscais e previdenciárias(Nota 15(a))	1.028.889	1.065.316
Diversos (Nota 8(b))	1.692.608	190.885	Negociação e intermediação de valores	11.809	84.766
Outros valores e bens (nota 9)	861.814	936.157	Recursos para destinação específica: (Nota 15(b))	-	-
Outros valores e bens	1.254.500	1.342.793	Obrigações de operações com loteria:	285.320	265.914
Provisões para desvalorização:	(407.753)	(421.307)	Obrigações por fundos e programas sociais	1.010.295	498.089
Despesas antecipadas	15.067	14.671	Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	205.488	270.884
Realizável a longo prazo	79.121.069	84.613.998	Diversas (Nota 15(c))	5.020.202	4.353.453
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	2.571.938	4.398.031	Exigível a longo prazo	18.554.476	13.724.047
Aplicações no mercado aberto	2.571.938	4.398.031	Depósitos (Nota 11)	1.199.712	821.481
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	41.128.239	39.895.741	Depósitos a prazo	1.199.712	821.481
Carteira própria	24.020.789	38.561.133	Captações no mercado aberto (Nota 11)	27.201	243.811
Vinculados a compromissos de recompra	16.136.430	239.861	Carteira própria	27.201	243.811
Vinculados ao Banco Central	539.002	809.635	Recursos de aceites e emissões de títulos	9.802.909	4.383.406
Vinculados a prestação de garantias	432.018	285.112	Recursos de letras imobiliárias	-	169.109
Relações interfinanceiras	19.892.788	20.719.571	Recursos de letras hipotecárias (Nota 12)	9.360.165	4.214.297
SFH - Sistema Financeiro da Habitação (Nota 6(b))	19.892.788	20.719.571	Recursos de letras de crédito imobiliário	442.744	-
Operações de crédito (Nota 7)	12.733.976	14.905.369	Obrigações por empréstimos (Nota 13)	50.643	116.788
Empréstimos, títulos descontados e financiamento:	1.768.616	2.983.078	Empréstimos no exterior	50.643	116.788
Financiamentos imobiliários	12.447.815	13.419.637	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais (Nota 14)	7.271.279	4.429.115
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	703.885	401.273	Tesouro nacional	376.737	421.177
Provisão para operação de créditos de liquidação duvidosa:	(2.186.340)	(1.898.619)	BNDES	345.499	292.715
Outros créditos	2.794.128	4.695.286	FGTS	6.350.887	3.391.716
Rendas a receber (Nota 8(a))	181.981	14.695	Outras	198.156	323.507
Valores específicos	181.981	14.695	Outras obrigações (Nota 15)	202.732	3.729.446
Diversos (Nota 8(b))	2.989.373	4.795.346	Fiscais e previdenciárias(Nota 15(a))	146.014	-
Provisão para outros créditos (Nota 8(c))	(377.226)	(345.715)	Obrigações por fundos e programas sociais (Nota 15(b))	56.718	48.838
Permanente	2.325.087	2.448.734	Diversas (Nota 15(c))	-	3.680.608
Investimentos	290.076	226.903	Patrimônio líquido (Nota 17)	5.320.625	4.301.135
Participações em coligadas e controladas no País (Nota 10 (a))	249.287	190.081	Capital de domiciliados no País	3.885.000	3.345.727
Outros investimentos	64.630	58.544	Reserva de capital	54.973	54.973
Provisão para perdas	(23.841)	(21.722)	Reserva de reavaliação	425.616	485.060
Imobilizado de uso (Nota 10(b))	1.482.392	1.601.860	Reservas de lucros	136.778	112.645
Imóveis de uso	206.716	342.882	Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativo	91.181	(126.680)
Reavaliações de imóveis de uso	583.374	701.616	Lucros acumulados	727.077	429.410
Outras imobilizações de uso	1.637.135	1.420.745	Total do ativo	134.329.360	113.418.734
Depreciações acumuladas:	(944.833)	(863.383)	Total do passivo	134.329.360	113.418.734
Diferido (Nota 10(c))	552.619	619.971			
Gastos de organização e expansão	1.110.763	1.133.832			
Amortizações acumuladas:	(558.144)	(513.861)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Caixa Econômica Federal

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2003 e 2002

(Em milhares de reais)

	2003	2002
Receitas da intermediação financeira	<u>12.810.623</u>	<u>7.150.578</u>
Operações de crédito	2.691.523	1.695.746
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.311.749	4.368.087
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	349.267	(83.555)
Resultado de operações de câmbio	-	406
Resultado das aplicações compulsórias	2.458.084	1.169.894
Despesas da intermediação financeira	<u>(8.269.845)</u>	<u>(4.237.169)</u>
Operações de captação no mercado	(7.334.959)	(3.839.374)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(378.784)	(200.436)
Resultado de operações de câmbio	(1.320)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(554.782)	(197.359)
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>4.540.778</u>	<u>2.913.409</u>
Outras receitas/despesas operacionais	<u>(3.570.287)</u>	<u>(2.168.343)</u>
Receitas de prestação de serviços (Nota 20 (a))	2.260.204	2.016.161
Resultado de participações em coligadas e controladas	31.962	12.090
Despesas de pessoal (Nota 20 (b))	(1.842.453)	(1.703.588)
Outras despesas administrativas (Nota 20 (b))	(1.758.208)	(1.573.948)
Despesas tributárias	(343.940)	(312.572)
Outras receitas operacionais (Nota 20 (c))	1.948.786	761.657
Outras despesas operacionais (Nota 20 (c))	(3.866.638)	(1.368.143)
Resultado operacional	<u>970.491</u>	<u>745.066</u>
Resultado não operacional (Nota 20(g))	<u>(24.038)</u>	<u>(61.416)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	<u>946.453</u>	<u>683.650</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 19)	<u>(36.447)</u>	<u>(119.216)</u>
Despesa de imposto de renda	(15.744)	(34.098)
Despesa de contribuição social	(5.289)	(85.118)
Ativo fiscal diferido	(15.414)	-
Participações no lucro (Nota 20(i))	<u>(50.000)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do semestre	<u><u>860.006</u></u>	<u><u>564.434</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa Econômica Federal

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2003 e 2002

(Em milhares de reais)

	<u>Reserva de capital</u>		<u>Reservas de lucros</u>		Ajuste valor de mercado - TVM e derivativos	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
	Capital	Reserva especial Lei n° 8.200	Reserva de reavaliação	Legal e outras			
Saldos em 1° de janeiro de 2003	3.345.727	54.973	508.268	216.816	(256.730)	759.067	4.628.121
Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	-	-	347.911	-	347.911
Aumento de capital	539.273	-	-	(162.761)	-	(376.512)	
Reversão de reservas	-	-	(9.677)	-	-	-	(9.677)
Encargos tributários sobre reavaliação	-	-	17.363	-	-	-	17.363
Reserva de reavaliação em coligadas/controladas	-	-	(24)	-	-	-	(24)
Realização de reserva	-	-	(90.314)	-	-	90.314	-
Lucro líquido no semestre	-	-	-	-	-	860.006	860.006
Destinações do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	43.000	-	(43.000)	-
Reserva de loterias	-	-	-	39.723	-	(39.723)	-
Dividendos distribuídos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(64.183)	(64.183)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(248.204)	(248.204)
Dividendos	-	-	-	-	-	(210.688)	(210.688)
Saldos em 30 de junho de 2003	<u>3.885.000</u>	<u>54.973</u>	<u>425.616</u>	<u>136.778</u>	<u>91.181</u>	<u>727.077</u>	<u>5.320.625</u>
Saldos em 1° de janeiro de 2002	12.350.000	54.973	490.770	316.375	-	(9.320.649)	3.891.469
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	96.635	96.635
Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	-	-	(126.680)	-	(126.680)
Aumento de capital	316.375	-	-	(316.375)	-	-	-
Redução de capital	(9.320.648)	-	-	-	-	9.320.648	-
Reversão de reservas	-	-	(79)	-	-	-	(79)
Encargos tributários sobre reavaliação	-	-	3.742	-	-	-	3.742
Reserva de reavaliação em coligadas/controladas	-	-	665	-	-	-	665
Realização de reserva	-	-	(10.038)	-	-	10.038	-
Lucro líquido no semestre	-	-	-	-	-	564.434	564.434
Destinações do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	112.645	-	(112.645)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(129.051)	(129.051)
Saldos em 30 de junho de 2002	<u>3.345.727</u>	<u>54.973</u>	<u>485.060</u>	<u>112.645</u>	<u>(126.680)</u>	<u>429.410</u>	<u>4.301.135</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa Econômica Federal

Demonstrações das origens e aplicações de recursos

Semestres findos em 30 de junho de 2003 e 2002

(Em milhares de reais)

	2003	2002
Origens de recursos	<u>13.253.349</u>	<u>14.644.109</u>
Lucro líquido ajustado	<u>1.078.806</u>	<u>775.206</u>
Lucro líquido do semestre	860.006	564.434
Depreciações e amortizações	250.762	222.862
Resultado de participações em coligadas e controladas	(31.962)	(12.090)
Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos	<u>347.911</u>	<u>-</u>
Ajustes de exercícios anteriores	<u>-</u>	<u>96.635</u>
Recursos originários de:	<u>11.715.020</u>	<u>13.753.698</u>
Aumento dos subgrupos do passivo	<u>9.301.574</u>	<u>12.601.038</u>
Depósitos	1.780.934	4.253.928
Captações no mercado aberto	4.337.082	5.587.918
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.218.742	887.957
Relações interfinanceiras	502.850	640.151
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	1.452.981	1.088.796
Instrumentos financeiros e derivativos	8.985	142.288
Diminuição dos subgrupos do ativo	<u>2.413.446</u>	<u>1.152.660</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.226.474	-
Relações interdependências	137.343	14.923
Outros créditos	-	985.174
Outros valores e bens	49.629	152.563
Alienação de bens e investimentos	<u>101.898</u>	<u>1.264</u>
Investimentos	605	-
Imobilizado	101.293	1.264
Baixas no diferido	<u>3</u>	<u>-</u>
Juros sobre capital próprio - Coligadas	<u>9.711</u>	<u>17.306</u>
Aplicações de recursos	<u>13.314.953</u>	<u>14.594.951</u>
Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos	<u>-</u>	<u>126.680</u>
Inversões em:	<u>59.825</u>	<u>64.476</u>
Investimentos	-	3.100
Imobilizado	59.825	61.376
Aplicações no diferido	<u>116.895</u>	<u>113.217</u>
Recursos aplicados em:	<u>12.615.158</u>	<u>14.161.527</u>
Aumento dos subgrupos do ativo	<u>8.549.846</u>	<u>13.243.234</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	3.561.034
Títulos e valores mobiliários	6.178.501	6.032.237
Relações interfinanceiras	747.285	1.681.415
Operações de crédito	1.334.515	1.968.548
Outros créditos	289.545	-
Diminuição dos subgrupos do passivo	<u>4.065.312</u>	<u>918.293</u>
Relações interdependências	451.186	191.011
Obrigações por empréstimos	56.917	254.862
Outras obrigações	3.557.209	472.420
Dividendos distribuídos de exercícios anteriores	<u>64.183</u>	<u>-</u>
Dividendos	<u>210.688</u>	<u>129.051</u>
Juros sobre o capital próprio	<u>248.204</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) das disponibilidades	<u>(61.604)</u>	<u>49.158</u>
Modificações nas disponibilidades		
Início do período	597.722	476.450
Fim do período	<u>536.118</u>	<u>525.608</u>
Aumento (redução) das disponibilidades	<u>(61.604)</u>	<u>49.158</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2003 e 2002

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A CAIXA é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). O capital da CAIXA pertence integralmente à União, e, no contexto macroeconômico, a gestão econômico-financeira da Empresa se insere no conjunto das decisões do Governo Federal.

Áreas de atuação

A CAIXA está autorizada a atuar em atividades relativas a crédito imobiliário, saneamento básico, infra-estrutura urbana, bancos comerciais, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, depósitos judiciais, depósitos a vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos e de programas, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, possuindo contabilidade própria, sendo suas operações apresentadas em demonstrações financeiras segregadas.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis estão assim resumidas:

a. Apuração do resultado

Apurado pelo regime de competência de exercícios.

b. Ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos e, quando aplicável, ajustado pelo valor de mercado ou de realização.

Títulos e valores mobiliários - O Banco Central do Brasil (BACEN), por meio da Circular nº 3.068/01, estabeleceu um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários que são classificados de acordo com a intenção da administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados freqüentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada “Ajuste ao Valor de Mercado TVM e Derivativos”, líquido dos correspondentes efeitos tributários quando aplicável.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

- **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Instrumentos financeiros derivativos - Da mesma forma, de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção “hedge”.

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

As operações realizadas pela CAIXA, envolvendo derivativos, visam a atender às necessidades próprias e de seus clientes e, também, a reduzir os riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada pela definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles internos e determinação de limites das posições.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, e que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado com relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como “hedge” de acordo com a sua natureza:

- **“Hedge” de risco de mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.
- **“Hedge” de fluxo de caixa** - A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é ajustada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do “hedge” é reconhecida diretamente no resultado.

Quando o instrumento financeiro derivativo for contratado em negociação associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/02, a avaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem qualquer ajuste decorrente do valor de mercado do derivativo.

Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa - As operações de crédito são classificadas observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais com relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Período de atraso	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas até o 60º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia em rendas a apropriar.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

c. Permanente

Apresentado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Reavaliações de imóveis efetuadas em dezembro de 2002 (a cada 4 anos);
- Provisões para desvalorizações de outros investimentos, quando aplicável;
- A depreciação do imobilizado é computada pelo método linear, a taxas anuais que consideram as estimativas de vida útil econômica dos bens, sendo imóveis de uso - 4%, equipamentos - 10%, veículos - 20% e outros bens de uso - 10% a 20%; e
- A amortização do diferido é calculada pelo método linear no prazo de até 5 (cinco) anos.

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

d. Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias “pro rata” dia e cambiais incorridos.

A contribuição ao PASEP foi calculada à alíquota de 0,65% e a contribuição a COFINS foi apurada à alíquota de 3%, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A provisão para Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10%, a título de adicional, conforme limite estabelecido em Lei. A provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi constituída à alíquota de 9%, incidindo sobre o lucro líquido ajustado antes do imposto de renda.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

	2003	2002
Aplicações no mercado aberto	<u>4.370.990</u>	<u>8.325.616</u>
Posição bancada	<u>18.067</u>	<u>2.704.209</u>
Letras Financeiras do Tesouro	16.466	53.682
Letras do Tesouro Nacional	1.601	1.570.034
Notas do Tesouro Nacional	-	995.347
Notas do Banco Central	-	85.146
Posição financiada	<u>4.352.923</u>	<u>5.621.407</u>
Letras Financeiras do Tesouro	1.645.458	65.171
Letras do Tesouro Nacional	2.538.991	671.396
Notas do Tesouro Nacional	122.273	2.701.451
Notas do Banco Central	46.201	2.183.389
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>-</u>	<u>59.169</u>
	<u>4.370.990</u>	<u>8.384.785</u>

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Categoria	2003	2002
Títulos para negociação	11.568.071	8.563.413
Títulos disponíveis para venda	8.298.352	4.469.016
Títulos mantidos até o vencimento	43.679.421	35.617.524
Instrumentos financeiros derivativos	<u>135</u>	<u>14.667</u>
	<u>63.545.979</u>	<u>48.664.620</u>

b. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

	2003	2002
Carteira própria	<u>43.478.815</u>	<u>44.991.767</u>
Títulos de renda fixa	<u>43.146.965</u>	<u>44.695.162</u>
Letras Financeiras do Tesouro	40.124.367	40.274.257
Letras do Tesouro Nacional	204.807	2.378.522
Notas do Tesouro Nacional	1.160.171	548.364
Notas do Banco Central	41.052	163.861
Certificado Financeiro do Tesouro	816.431	801.748
Créditos Securitizados	735.432	505.900
Outros títulos	64.705	22.510
Cotas de fundos de investimentos - FND	<u>320.340</u>	<u>296.605</u>
Cotas de fundo de renda variável - Fundo Imobiliário	<u>11.510</u>	<u>-</u>

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

	2003	2002
Títulos vinculados	<u>20.067.029</u>	<u>3.658.186</u>
Operações compromissadas	<u>19.093.490</u>	<u>2.556.720</u>
Letras Financeiras do Tesouro	17.308.519	141.718
Letras do Tesouro Nacional	567.791	2.415.002
Notas do Tesouro Nacional	849.875	
Notas do Banco Central	367.305	
Banco Central	<u>539.002</u>	<u>809.635</u>
Letras Financeiras do Tesouro	539.002	809.635
Prestação de garantias	<u>434.537</u>	<u>291.831</u>
Letras Financeiras do Tesouro	434.537	291.831
Instrumentos financeiros derivativos	<u>135</u>	<u>14.667</u>
	<u>63.545.979</u>	<u>48.664.620</u>

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Classificação consolidada por categorias e prazos

Títulos	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 Anos	Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Valor de mercado
Títulos para negociação	<u>1.546.875</u>	<u>7.977.381</u>	<u>2.039.789</u>	<u>4.026</u>	<u>11.568.071</u>	<u>11.556.725</u>	<u>11.568.071</u>
Letras Financeiras do Tesouro	893.703	7.676.639	1.760.668	-	10.331.010	10.302.141	10.331.010
Letras do Tesouro Nacional	638.444	-	-	-	638.444	639.379	638.444
Notas do Tesouro Nacional	3.218	300.742	279.121	-	583.081	599.723	583.081
Debêntures Petrobras	-	-	-	4.026	4.026	3.972	4.026
Cotas de Fundo de Renda Variável - Fundo Imobiliário	11.510	-	-	-	11.510	11.510	11.510
Títulos disponíveis para venda	<u>1.119.056</u>	<u>3.482.650</u>	<u>1.960.314</u>	<u>1.736.332</u>	<u>8.298.352</u>	<u>8.084.198</u>	<u>8.298.352</u>
Letras Financeiras do Tesouro	26.625	2.893.178	1.368.524	264.536	4.552.863	4.391.187	4.552.863
Letras do Tesouro Nacional	134.154	-	-	-	134.154	136.249	134.154
Notas do Tesouro Nacional	412.965	251.078	360.896	345.323	1.370.262	1.343.074	1.370.262
Notas do Banco Central	151.296	166.845	90.216	-	408.357	376.437	408.357
CFT	67.295	134.590	134.590	479.956	816.431	816.431	816.431
CVS	-	-	-	598.211	598.211	601.703	598.211
TBA	1.371	-	-	-	1.371	1.371	1.371
ELET	-	35.684	-	-	35.684	36.554	35.684
TDA	1.139	1.275	27	-	2.441	2.852	2.441
Debêntures Siderbras	3.871	-	-	-	3.871	4.285	3.871
Debêntures Petrobras	-	-	-	48.306	48.306	47.654	48.306
Títulos estaduais	-	-	6.061	-	6.061	6.061	6.061
Cotas de Fundos de Investimentos - FND	320.340	-	-	-	320.340	320.340	320.340
Títulos mantidos até o vencimento	<u>9.730.478</u>	<u>28.794.937</u>	<u>5.097.303</u>	<u>56.703</u>	<u>43.679.421</u>	<u>43.679.421</u>	<u>43.441.354</u>
Letras Financeiras do Tesouro	9.730.478	28.694.771	5.097.303	-	43.522.552	43.522.552	43.289.575
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	56.703	56.703	56.703	56.703
SUNA	-	100.166	-	-	100.166	100.166	95.076
Instrumentos financeiros derivativos	<u>135</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>135</u>	<u>135</u>	<u>135</u>
Total	<u>12.396.544</u>	<u>40.254.968</u>	<u>9.097.406</u>	<u>1.797.061</u>	<u>63.545.979</u>	<u>63.320.479</u>	<u>63.307.912</u>

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

d. Efeitos do ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Ajuste positivo	Ajuste negativo	Ajuste líquido no patrimônio
Títulos disponíveis para venda			
Letras Financeiras do Tesouro	179.755	(18.078)	161.677
Letras do Tesouro Nacional	-	(2.095)	(2.095)
Notas do Tesouro Nacional	36.536	(9.347)	27.189
Notas do Banco Central	31.920	-	31.920
Debêntures Petrobras	651	-	651
Debêntures Siderbras	-	(414)	(414)
Títulos da Dívida Agrária	24	(436)	(412)
CVS	-	(3.492)	(3.492)
Eletrobrás	<u>-</u>	<u>(870)</u>	<u>(870)</u>
Ajustes originados de coligadas	<u>-</u>	<u>(6.329)</u>	<u>(6.329)</u>
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	<u>-</u>	<u>(43.832)</u>	<u>(43.832)</u>
Tributos sobre o valor de mercado	<u>-</u>	<u>(72.812)</u>	<u>(72.812)</u>
	<u>248.886</u>	<u>(157.705)</u>	<u>91.181</u>

e. Instrumentos financeiros derivativos

As posições desses derivativos, que se referem a contratos de “swap”, têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais. O valor referencial dessas operações é de R\$ 8.302.320 (2002 - R\$ 9.010.873). O diferencial a pagar nessa data monta a R\$ 205.960 (2002 - R\$ 65.906) e o diferencial a receber, a R\$ 135 (2002 - R\$ 14.667).

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

6 Relações interfinanceiras

a. Créditos vinculados

- (i) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos a vista.
- (ii) A rubrica “SFH - Sistema Financeiro da Habitação” inclui os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS, no montante, líquido de provisões, de R\$ 19.669.168, conforme demonstrativo a seguir (2002 - R\$ 20.700.575), que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A administração da CAIXA vem implementando processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. Essas estimativas proporcionaram o provisionamento do valor da diferença existente entre a expectativa de recebimento e o valor confirmado, segundo as normas do FCVS para os contratos já habilitados e homologados, e a aplicação da alíquota de 10% (com base no histórico existente de perdas quando da ocorrência de novações de créditos) para o saldo dos contratos ainda não habilitados.

Especificação	2003	2002
Créditos originados na CAIXA	12.328.511	11.869.203
Créditos recebidos em dação de pagamento	3.150.192	3.191.529
Adquiridos de terceiros internalizados	6.693.457	4.344.282
Adquiridos e administrados por terceiros	<u>2.416.287</u>	<u>3.203.217</u>
	24.588.447	22.608.231
Provisão de possíveis perdas e rejeições	(4.919.279)	(1.907.656)
	<u>19.669.168</u>	<u>20.700.575</u>

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Em decorrência do compromisso assumido pela União para a permuta dos CVS na novação, por títulos públicos federais, por seus valores de face, não foi necessária a marcação a mercado desses créditos. A permuta prevista para 2002, no valor de R\$ 5.438.956 referentes a créditos já homologados, ainda não concretizada, encontra-se em processo de negociação, de cronograma junto ao Governo Federal.

7 Carteira de crédito

a. Composição das carteiras de crédito por tipo de operação

Descrição	2003	2002
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos: (1)	8.030.782	6.917.837
Financiamentos imobiliários	15.774.206	13.782.726
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	703.885	401.273
Outros créditos	<u>708.005</u>	<u>406.589</u>
	<u>25.216.878</u>	<u>21.508.425</u>

(1) Contempla financiamentos ao setor público de contratos de refinanciamento de dívidas do Governo Federal, no valor de R\$ 656.448 (2002 - R\$ 634.885), com base na Lei nº 8.727/93, sendo a União responsável pela sua liquidação. A Medida Provisória nº 2.181-45 (anteriormente Medida Provisória nº 2.103-42), de 24 de agosto de 2001, autorizou a União a antecipar a liquidação desses contratos. Sobre esses contratos incidem juros anuais de até 12%, mais atualização de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR). Essas operações de refinanciamento estão garantidas pelo Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Composição por setor de atividade das operações de crédito

Descrição	2003	%	2002	%
Setor público federal	<u>910.675</u>	<u>3,61</u>	<u>642.254</u>	<u>2,99</u>
Governo	<u>907.735</u>	<u>3,60</u>	<u>7.183</u>	<u>0,03</u>
Administração direta	907.725	3,60	-	-
Administração indireta	10	-	7.183	0,03
Atividades empresariais - Intermediários financeiros	<u>2.940</u>	<u>0,01</u>	<u>635.071</u>	<u>2,96</u>
Setor público estadual	<u>326.992</u>	<u>1,30</u>	<u>292.300</u>	<u>1,36</u>
Governo - Administração direta	<u>98.446</u>	<u>0,39</u>	<u>31.394</u>	<u>0,15</u>
Atividades empresariais	<u>228.546</u>	<u>0,91</u>	<u>260.906</u>	<u>1,21</u>
Indústria	216.968	0,86	252.667	1,17
Intermediários financeiros	11.578	0,05	5.445	0,03
Companhias habitacionais	-	-	2.794	0,01
Setor público municipal	<u>74.748</u>	<u>0,29</u>	<u>132.716</u>	<u>0,62</u>
Governo	<u>66.813</u>	<u>0,26</u>	<u>60.965</u>	<u>0,28</u>
Administração direta	66.800	0,26	60.369	0,28
Administração indireta	13	-	596	0,00
Atividades empresariais - Indústria	<u>7.935</u>	<u>0,03</u>	<u>71.751</u>	<u>0,34</u>
Setor privado	<u>23.904.463</u>	<u>94,80</u>	<u>20.441.155</u>	<u>95,03</u>
Rural	4.764	0,02	-	-
Indústria	101.763	0,40	93.034	0,43
Comércio	420.731	1,67	650.906	3,03
Intermediários financeiros	302.951	1,20	1.547	0,01
Outros serviços	2.850.477	11,30	764.040	3,55
Pessoas físicas	5.002.507	19,84	5.028.297	23,38
Habitação - PF/PJ	<u>15.221.270</u>	<u>60,37</u>	<u>13.903.331</u>	<u>64,63</u>
	<u>25.216.878</u>	<u>100,00</u>	<u>21.508.425</u>	<u>100,00</u>

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Concentração dos principais devedores

	2003	% sobre o total da carteira	2002	% sobre o total da carteira
Principal devedor	656.448	2,60	666.083	2,96
10 maiores devedores	1.832.637	7,27	2.308.616	10,25
20 maiores devedores	2.013.241	7,98	2.442.852	10,85
50 maiores devedores	2.225.505	8,83	2.552.687	11,34
100 maiores devedores	2.357.674	9,35	2.611.464	11,60

d. Composição das operações de crédito por faixa de vencimento

	2003			2002
	Setor público	Setor privado	Total	Total
Curto prazo	<u>204.535</u>	<u>7.785.925</u>	<u>7.990.460</u>	<u>1.477.306</u>
De 0 a 90 dias	556	3.430.395	3.430.951	758.546
De 91 a 360 dias	203.979	4.355.530	4.559.509	718.760
Longo prazo	<u>1.107.482</u>	<u>14.520.839</u>	<u>15.628.321</u>	<u>17.210.577</u>
De 1 ano até 3 anos		7.807.907	7.807.907	2.595.596
De 3 anos até 5 anos		4.380.821	4.380.821	1.076.291
De 5 anos até 15 anos	1.107.482	2.331.465	3.438.947	7.294.021
Mais de 15 anos		<u>646</u>	<u>646</u>	<u>6.244.669</u>
Total normal	<u>1.312.017</u>	<u>22.306.764</u>	<u>23.618.781</u>	<u>18.687.883</u>
Total vencido	<u>398</u>	<u>1.597.699</u>	<u>1.598.097</u>	<u>2.820.542</u>
Total geral	<u>1.312.415</u>	<u>23.904.463</u>	<u>25.216.878</u>	<u>21.508.425</u>

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

e. Classificação por modalidade e níveis de risco das operações de crédito

Nível de risco	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos imobiliários	Outros créditos	Total 2003	%	Total 2002	%
AA	468.687	656.448	417.355		1.542.490	6,11	1.258.004	5,85
A	1.133.203	417.959	5.393.725	41.734	6.986.621	27,71	5.399.981	25,11
B	886.565	309.331	1.764.963	306.586	3.267.445	12,95	2.279.593	10,60
C	929.503	301.223	2.728.212	9.917	3.968.855	15,74	4.742.131	22,05
D	1.206.227	382.135	4.367.325	16.628	5.972.315	23,68	5.306.043	24,67
E	78.909	36.258	442.872	566	558.605	2,22	398.680	1,85
F	69.663	87.517	279.852	578	437.610	1,74	302.048	1,40
G	73.367	31.423	183.939	285	289.014	1,15	181.506	0,84
H	<u>549.431</u>	<u>412.933</u>	<u>899.848</u>	<u>331.711</u>	<u>2.193.923</u>	<u>8,70</u>	<u>1.640.439</u>	<u>7,63</u>
	<u>5.395.555</u>	<u>2.635.227</u>	<u>16.478.091</u>	<u>708.005</u>	<u>25.216.878</u>	<u>100,00</u>	<u>21.508.425</u>	<u>100,00</u>

f. Composição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

Nível de risco/%	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos imobiliários	Outros créditos	Total 2003	%	Total 2002	%
A 0,5	5.666	2.090	26.969	208	34.933	0,90	27.000	0,85
B 1,0	11.591	5.818	23.101	3.065	43.575	1,13	33.701	1,06
C 3,0	27.886	18.239	112.366	297	158.788	4,10	203.709	6,40
D 10,0	122.623	39.553	629.388	4.914	796.478	20,57	882.565	27,71
E 30,0	23.673	11.033	188.614	169	223.489	5,77	119.604	3,76
F 50,0	34.831	43.759	139.926	289	218.805	5,65	151.024	4,74
G 70,0	51.356	21.997	128.758	199	202.310	5,22	127.054	3,98
H 100,0	<u>549.431</u>	<u>412.933</u>	<u>899.848</u>	<u>331.711</u>	<u>2.193.923</u>	<u>56,66</u>	<u>1.640.439</u>	<u>51,50</u>
	<u>827.057</u>	<u>555.422</u>	<u>2.148.970</u>	<u>340.852</u>	<u>3.872.301</u>	<u>100,00</u>	<u>3.185.096</u>	<u>100,00</u>

g. Movimentação da provisão para operações de crédito

	2003	2002
Saldo inicial	3.454.303	3.704.904
Constituições	682.029	752.893
Reversões	(127.247)	(577.781)
Baixas contra provisão	(136.784)	(694.920)
	<u>3.872.301</u>	<u>3.185.096</u>

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

h. Créditos renegociados, lançados a prejuízo e recuperados

	2003	2002
Valor das operações renegociadas no semestre	479.261	335.113
Valor das operações lançadas a prejuízo no semestre	136.784	359.875
Valor das operações recuperadas no semestre	8.673	211

8 Outros créditos

a. Rendas a receber

A rubrica “Rendas a receber” refere-se a valores a receber por conta da prestação de serviços.

	2003	2002
Dividendos a receber do FND	181.940	-
FGTS	134.282	125.272
Seguro-desemprego	60.879	3.966
Orçamento Geral da União	106.874	87.408
INSS	398.205	247.222
Cadastro Social	69.988	45.775
EMGEA - Empresa Gestora de Ativos	25.607	43.604
Programa Bolsa-escola	30.374	16.044
Outros	<u>58.622</u>	<u>51.011</u>
	<u>1.066.771</u>	<u>620.302</u>

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Diversos

	2003	2002
Adiantamentos	277.485	677.762
Créditos tributários (Nota 19)	1.871.976	1.998.339
Devedores por depósitos em garantia	952.930	774.338
Impostos e contribuições a compensar	208.089	84.864
Pagamentos a ressarcir	48.275	27.690
Outros créditos com características de concessão de crédito	<u>708.005</u>	<u>406.843</u>
Devedores para a compra de valores e bens	67.345	33.890
Títulos e créditos a receber	<u>640.660</u>	<u>372.953</u>
Valores a receber - BAMERINDUS (ii)	302.941	302.941
Cartão de crédito (iv)	331.348	
Outros títulos e créditos a receber	6.371	70.012
Outros créditos sem características de concessão de crédito	<u>363.741</u>	<u>1.007.615</u>
Títulos e créditos a receber	<u>363.741</u>	<u>1.007.615</u>
Governo do Estado de Pernambuco - COMPESA (i)	196.913	167.666
Governo do Estado da Bahia - EMBASA (i)	166.828	666.083
CAIXA SEGUROS/PREVHAB		173.866
Devedores diversos	<u>251.480</u>	<u>9.325</u>
Valores a apropriar - Empréstimos e financiamentos (iii)	192.840	
Seguros a receber	178.638	122.526
Outros devedores	46.024	21.231
Provisão para perdas - Devedores diversos	(<u>166.022</u>)	(<u>134.432</u>)
	<u>4.681.981</u>	<u>4.986.776</u>

(i) Refere-se à antecipação de recursos de privatização ao Governo do Estado da Bahia (EMBASA), remunerados pela taxa SELIC, e ao Governo do Estado de Pernambuco (COMPESA), remunerados pela TR mais 12% ao ano.

(ii) Refere-se a créditos com a Massa Falida do Bamerindus, originados preponderantemente pela aquisição de créditos imobiliários, os quais se encontram totalmente provisionados.

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

(iii) Refere-se a valores a faturar e a receber de cartões de créditos e valores registrados a débito de financiamentos imobiliários, não classificados pelo Sistema de Controle de Financiamentos - SIACI, em fase de identificação para apropriação aos correspondentes contratos. Esses valores estão correlacionados a registros credores de mesma natureza indicados na Nota 15 (c).

(iv) A CAIXA efetuou em outubro de 2002 a internalização da sua carteira de cartão de crédito.

c. Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

De acordo com a Carta-Circular BACEN nº 3.048/02, os títulos de crédito a receber deverão ser classificados como “com característica de concessão de crédito” e “sem característica de concessão de crédito”, tendo a CAIXA efetuado a sua segregação, conforme demonstrado a seguir:

	2003	2002
Provisão - Outros créditos com característica (Nota 7(f))	(340.852)	(328.948)
Provisão - Outros créditos sem característica	<u>(36.374)</u>	<u>(16.767)</u>
	<u>(377.226)</u>	<u>(345.715)</u>

9 Outros valores e bens

Os bens não de uso referem-se, principalmente, aos imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA. A provisão para a desvalorização desses imóveis é constituída com base em laudo de avaliação elaborado pelos peritos da CAIXA.

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

10 Ativo permanente

a. Investimentos

As participações em sociedades controladas são substancialmente formadas pela CAIXA SEGUROS S.A. (anteriormente denominada SASSE CAIXA SEGUROS) e são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As principais informações sobre a investida e o investimento, posicionado em junho, estão apresentadas como segue:

	2003	2002
Investida		
Patrimônio líquido	810.489	664.313
Capital social	360.000	360.000
Quantidade de ações	16.930.108	16.930.108
Reserva de reavaliação/retenção de lucros	1.172	2.047
Reserva de ágio	285.252	285.252
Lucros acumulados	76.163	17.013
Valor patrimonial da ação - R\$	47,87	39,24
Investimento		
Quantidade de ações possuídas	8.161.426	8.116.707
Participação societária (%)	48,20658	48,20658
Valor contábil do investimento	248.721	181.745
Resultado da equivalência	32.451	182
Outros investimentos	<u>566</u>	<u>8.336</u>
Total de participações em coligadas e controladas	<u>249.287</u>	<u>190.081</u>

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Imobilizado de uso

	2003			2002		
	Custo	Depreciação	Valor residual	Custo	Depreciação	Valor residual
Imóveis de Uso	790.090	(17.326)	772.764	1.044.498	(109.733)	934.765
Edificações	135.764	(5.167)	130.597	243.938	(34.895)	209.043
Reavaliação de edificações	440.482	(12.159)	428.323	494.389	(74.838)	419.551
Terrenos	70.952	-	70.952	98.944	-	98.944
Reavaliação de terrenos	142.892	-	142.892	207.227	-	207.227
Imobilizações em curso	38.560	-	38.560	42.809	-	42.809
Instalações, móveis e equipamentos de uso	358.384	(196.719)	161.665	359.865	(177.721)	182.144
Sistema de comunicação	49.260	(22.233)	27.027	61.631	(17.000)	44.631
Sistema de processamento de dados	1.133.452	(690.741)	442.711	906.645	(545.900)	360.745
Sistema de transporte e segurança	57.463	(17.814)	39.649	47.953	(13.029)	34.924
Outras Imobilizações de uso	16	-	16	1.842	-	1.842
	<u>2.427.225</u>	<u>(944.833)</u>	<u>1.482.392</u>	<u>2.465.243</u>	<u>(863.383)</u>	<u>1.601.860</u>

Em atendimento à Circular nº 2.824/98, a CAIXA em dezembro de 2002 efetuou a reavaliação de 100% dos imóveis de uso.

c. Diferido

	2003	2002
Gastos em imóveis de terceiros	324.847	319.528
Gastos com projetos logiciais	586.818	427.875
Benfeitorias em imóveis próprios	199.098	386.429
Amortizações acumuladas	<u>(558.144)</u>	<u>(513.861)</u>
	<u>552.619</u>	<u>619.971</u>

d. Enquadramento no índice de imobilização

O índice de imobilização situa-se em 43,70%, estando a CAIXA enquadrada na forma definida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.669/99, a qual estabelece o limite de 50% a partir de 31 de dezembro de 2002.

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

11 Depósitos e captações no mercado aberto

- a. Os depósitos a prazo incluem os depósitos judiciais no montante de R\$ 22.474.079 (2002 - R\$ 20.934.964), os quais são remunerados com base na Taxa Referencial (TR). Para os depósitos judiciais, nos âmbitos trabalhista e estadual, incidem, ainda, juros de 6% ao ano. Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

Depósitos	2003			2002	
	À vista	A prazo	Poupança	Total	Total
Curto prazo	<u>4.297.877</u>	<u>24.666.333</u>	<u>42.909.024</u>	<u>71.873.234</u>	<u>69.223.654</u>
Sem vencimento	4.297.877	22.474.079	42.909.024	69.680.980	64.766.389
De 31 a 90 dias	-	1.170.879	-	1.170.879	1.705.764
De 91 a 360 dias	-	1.021.375	-	1.021.375	2.751.501
Longo prazo	<u>-</u>	<u>1.199.712</u>	<u>-</u>	<u>1.199.712</u>	<u>821.481</u>
	<u>4.297.877</u>	<u>25.866.045</u>	<u>42.909.024</u>	<u>73.072.946</u>	<u>70.045.135</u>
Captação no mercado aberto					
De 31 a 90 dias				22.632.219	7.616.808
De 91 a 360 dias				614.521	293.812
Acima de 360 dias				<u>27.201</u>	<u>243.811</u>
				<u>23.273.941</u>	<u>8.154.431</u>

(a) Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de outros fundos e programas, sendo atualizados os depósitos do FGTS pela taxa SELIC, conforme Resoluções n°s 279 e 295 do Conselho Curador do FGTS, de 17 de fevereiro e de 26 de agosto de 1998, e os demais - Especiais com remuneração, FAS, FISANE e PRODEC, atualizados pela TR; os depósitos do PROGER e do FAT a aplicar, atualizados pela taxa SELIC; aplicados pela TJLP e os depósitos do PIS, atualizados pela taxa extra mercado, demonstrados como segue:

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

	2003	2002
Depósitos - FGTS	2.166.365	1.315.416
Depósitos - Especiais com remuneração	829.690	700.733
Depósitos - FAS	325.030	304.518
Depósitos - PROGER	1.557.628	855.281
Depósitos - FISANE	155.192	131.215
Depósitos - PRODEC	24.532	44.151
Depósitos - PIS	93.118	21.570
Depósitos - FAT	30.056	-
Outros	<u>132.683</u>	<u>71.127</u>
	<u>5.314.294</u>	<u>3.444.011</u>

12 Recursos de letras hipotecárias

Captados por meio de letras hipotecárias e letras de crédito imobiliário, sobre as quais incidem encargos financeiros equivalentes à Taxa Referencial (TR), IGP-M ou INPC.

As emissões em TR são acrescidas de juros médios de 11,82% (incluindo todas as operações originais com e sem “swap”, ponderadas pelo saldo atualizado) e prazo mínimo de resgate de 180 dias.

As emissões em IGP-M e INPC são acrescidas de juros médios de 10,83% e 10,93% ao ano, respectivamente, e prazo mínimo de resgate de cinco anos.

As emissões de LCIs indexadas ao IGP-M são acrescidas de juros médios de 10,79% ao ano e prazo mínimo de resgate de três anos.

13 Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 5,32% ao ano e variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente, a dólares estadunidenses, com vencimentos até 2013.

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

14 Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

Compostas, substancialmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infra-estrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitas à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,10% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 15 anos.

15 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	2003	2002
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	<u>3</u>	<u>80.674</u>
Imposto de renda	3	29.678
Contribuição social	-	50.996
Impostos e contribuições a recolher	<u>160.313</u>	<u>159.147</u>
COFINS	28.945	48.581
PASEP	6.271	10.528
Sobre salários	63.575	47.563
Sobre serviços	61.522	52.475
Impostos e contribuições diferidos	<u>218.827</u>	<u>142.647</u>
IR sobre reserva de reavaliação - Edificações	107.364	104.887
CS sobre reserva de reavaliação - Edificações	38.651	37.760
IR sobre ajustes valor mercado - Títulos disponíveis para venda	53.538	-
CS sobre ajustes valor mercado - Títulos disponíveis para venda	19.274	-
Provisão para riscos fiscais	<u>795.760</u>	<u>682.848</u>
PASEP (i)	551.309	500.000
INSS (ii)	100.803	-
ISS (iii)	130.125	118.740
Outros	<u>13.523</u>	<u>64.108</u>
	<u>1.174.903</u>	<u>1.065.316</u>

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- (i) A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449/88, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993, nos valores de R\$ 2.691.943 de principal, R\$ 2.011.254 de multa e R\$ 4.864.833 de juros, a valores de 30 de junho de 2003.

A CAIXA apresentou recurso ao Conselho de Contribuintes, que avaliou o processo em 3 de fevereiro de 1999. De acordo com o voto do Conselheiro Relator, os elementos trazidos ao processo pela fiscalização não permitem a identificação de quais exclusões da base tributável do PASEP foram consideradas impropriedades e qual a motivação para que o Fisco efetuasse a glosa. Conforme resolução dos membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, o julgamento foi convertido em diligência à Secretaria da Receita Federal - SRF, para que a fiscalização esclarecesse os fatos e justificasse a glosa efetuada, cientificando a CAIXA do teor dessa manifestação e abrindo-lhe prazo adequado para que se pronunciasse a respeito. A Delegacia da Receita Federal em Brasília cientificou a CAIXA, em 21 de outubro de 1999, sobre o relatório de diligência, no qual o Fisco manteve os mesmos motivos alegados na autuação. A CAIXA encaminhou pronunciamento sobre o relatório de diligência fiscal ao Segundo Conselho de Contribuintes, que avaliou o processo em 7 de novembro de 2000. De acordo com a resolução dos membros do conselho, o julgamento foi convertido em nova diligência à SRF. A CAIXA tomou ciência do Relatório de Diligência Fiscal em 26 de abril de 2001. Nele o Fisco manteve os motivos alegados na atuação, mencionando que não caberia mais exame de identificação das contas glosadas. Em 28 de maio de 2001, a CAIXA encaminhou novo pronunciamento ao Segundo Conselho de Contribuintes, no qual o processo aguarda novo julgamento. Esgotadas as possibilidades na esfera administrativa, há, ainda, recursos na esfera judicial. Com base na opinião de seus consultores jurídicos e tributários, considerando as jurisprudências já divulgadas sobre a matéria, e em face das possibilidades de êxito vislumbradas, a Administração entende que a provisão constituída no valor de R\$ 551.309 (2002 - R\$ 500.000) é suficiente para cobrir eventuais decisões desfavoráveis em algumas partes do processo.

- (ii) A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores que foram reposicionados para 30 de junho de 2003, conforme relatório do INSS, montam a R\$ 818.196 (2002 - R\$ 955.112).

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

É entendimento da CAIXA que os pagamentos atuados não estão sujeitos ao recolhimento da contribuição previdenciária, haja vista a sua característica indenizatória e as disposições legais aplicáveis, motivo pelo qual os débitos se encontram sob questionamento judicial.

De acordo com a opinião dos seus consultores jurídicos e tributários, a Administração, em face das possibilidades de êxito vislumbradas para os processos, definiu percentuais de provisão relativos a cada ação que, a partir de 2003, estão segregados na rubrica “Provisão para contingências INSS” e somam R\$ 100.803 no mês de junho de 2003.

(iii) As fiscalizações municipais autuaram a CAIXA nos diversos municípios da Federação sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total em 30 de junho de 2003 corresponde ao montante de R\$ 130.125, totalmente provisionado.

b. Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela instituição e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do governo ou entidades públicas, administrados pela instituição.

	2003	2002
Obrigações de operações com loterias	<u>285.320</u>	<u>265.914</u>
Obrigações por fundos e programas sociais	<u>1.067.013</u>	<u>546.927</u>
FGTS	265.838	276.202
Seguro-desemprego	104.236	37.073
FISANE	44.855	48.836
Bolsa-escola	153.032	108.160
Auxílio-gás	140.643	62.683
Bolsa-alimentação	42.808	6.247
Programa de subsídio à habitação - PSH	268.010	
Outros fundos e programas	47.591	7.726
Obrigações por fundos financeiros de desenvolvimento	<u>205.488</u>	<u>270.884</u>
PIS	204.247	227.295
Outros	<u>1.241</u>	<u>43.589</u>
	<u>1.557.821</u>	<u>1.083.725</u>

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Diversas

	2003	2002
Obrigações por contribuições ao SFH	62.653	47.536
Obrigações por convênios oficiais	77.844	62.811
Provisão para pagamentos a efetuar	<u>783.592</u>	<u>820.438</u>
Despesas de pessoal	617.143	587.725
Outras despesas administrativas	60.098	20.057
Outros pagamentos	106.351	212.656
Provisão para passivos contingentes	<u>1.726.815</u>	<u>5.242.201</u>
FUNCEF - Reservas Técnicas (1)		2.983.414
PREVHAB/FUNCEF - Reservas Técnicas (2)	375.304	300.329
Provisão para contingências (3)	1.351.511	1.958.458
Recursos do FGTS	<u>1.914</u>	<u>84.335</u>
Subscrições de capital a integralizar	<u>1.309</u>	-
Credores diversos - Exterior	<u>38</u>	-
Credores diversos - País	<u>2.366.037</u>	<u>1.776.740</u>
Cartões de crédito	364.773	-
Contas a pagar	322.344	190.617
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA	486.993	499.606
UNIÃO	52.415	456.246
Depósitos judiciais - Juros a apropriar		439.014
Créditos adquiridos	522.596	-
Valores a apropriar - Empréstimos e financiamentos		
(Nota 8 b iii)	531.881	-
Outros credores diversos	61.337	191.257
Provisão para credores diversos	<u>23.698</u>	-
	<u>5.020.202</u>	<u>8.034.061</u>

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

(1) FUNCEF - Reservas técnicas

(i) A FUNCEF e a CAIXA formalizaram no 1º semestre de 2003 acordo de liquidação do débito que a Patrocinadora tinha com o seu fundo de pensão. A “Dívida da Caixa” teve a sua origem quando da criação da FUNCEF, sendo agravada por eventos posteriores (planos de cargos e salários). A proposta de conciliação foi aprovada pela Diretoria Executiva da FUNCEF em 16 de dezembro de 2002.

Conforme Resolução 041, ata 239 do Conselho Deliberativo da FUNCEF, em reunião realizada no dia 14 de abril de 2003, aprovou a liquidação da dívida da CAIXA com a FUNCEF pelo valor de R\$ 2.732.998, com base no acordo entre as partes, que reduziu o valor inicialmente provisionado. Conseqüentemente, a CAIXA reverteu parte da provisão no valor de R\$ 917.784.

(2) PREVHAB/FUNCEF - Reservas técnicas

A CAIXA, por força da extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH), determinada pelo Decreto nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, assumiu os empregados do extinto Banco, os quais tinham vinculação de Previdência Complementar com a Associação de Previdência dos Empregados do BNH (PREVHAB).

Em cumprimento ao referido Decreto, em setembro de 1997, foi deflagrado um processo de adesão voluntária dos associados ativos da PREVHAB à Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF) e dos associados aposentados e pensionistas para um Plano de Benefícios Especial e Exclusivo no âmbito da SASSE - Cia. Nacional de Seguros Gerais S.A., atual CAIXA SEGUROS S.A.

Dos 4.758 associados ativos da PREVHAB, 4.571 (96%) firmaram termos de adesão e de cessão de direitos sobre reservas previdenciárias, formalmente aceitos pela CAIXA, na condição de patrocinadora, e pela FUNCEF, na condição de entidade fechada de previdência privada, observando-se o regime de direitos e obrigações, especificado em Instrumento Particular de Contrato de Assunção de Obrigações e Outras Avenças entre a CAIXA e a FUNCEF, com interveniência da PREVHAB. As reservas matemáticas da PREVHAB relativas aos associados ativos foram liquidadas em dezembro de 2002 com a utilização de títulos LFT.

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Dos 2.772 associados aposentados e pensionistas da PREVHAB, 2.239 (80,77%) firmaram contrato de ingresso ao Plano de Benefícios Especial e Exclusivo da CAIXA SEGUROS, regido pelo Contrato de Instituição de Plano Especial de Benefícios, entre a CAIXA e a CAIXA SEGUROS, com interveniência da PREVHAB, e pelo Contrato para Administração de Carteira de Títulos e Valores Mobiliários, ambos firmados entre a CAIXA SEGUROS e a CAIXA, no valor de R\$ 625.689, referente às reservas matemáticas avaliadas e posicionadas em 1º de outubro de 1998, reposicionadas no valor de R\$ 784.655 em junho de 2002, incluindo-se as provisões para causas judiciais.

Em 1º de novembro de 2002 ocorreu o distrato entre a CAIXA e a CAIXA SEGUROS, relativo ao contrato de Instituição de Plano Especial de Benefícios, com a transferência para CAIXA da totalidade dos recursos garantidores do plano.

Em decorrência do cancelamento do referido contrato, foi transferida pela Seguradora à CAIXA a totalidade dos recursos garantidores do Plano de Benefícios Especial, e para evitar solução de continuidade no pagamento dos benefícios complementares aos participantes daquele Plano, foi autorizado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, por meio do Ofício nº 2.099/SPC/CGAJ, de 13 de dezembro de 2002, em caráter excepcional, o pagamento dos benefícios, desde novembro de 2002, até que fossem implementadas as condições necessárias para que a FUNCEF pudesse administrar o(s) plano(s) a ser (em) instituído (s) para o referido grupo de participantes.

A partir de 15 de abril de 2003 foi deflagrado o processo de transferência dos aposentados e pensionistas oriundos da PREVHAB para a FUNCEF, mediante adesão ao Plano de Benefícios - REB, e até a presente data já foram transferidos para aquela Entidade 1.899 assistidos.

Os assistidos que ainda permanecem recebendo os seus proventos da CAIXA serão transferidos para um plano idêntico ao qual se encontravam vinculados, denominado Plano “Espelho”, a ser instituído à FUNCEF.

(3) Passivos contingentes

A CAIXA possui na esfera passiva ações trabalhistas, cíveis, ações relacionadas à contestação de indexadores aplicados em operações ativas e passivas, inclusive em função de planos econômicos, ações diversas relacionadas a financiamento imobiliário, loterias, perdas e danos, ações fiscais, entre outras. Essas ações são avaliadas e revisadas periodicamente.

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

A Administração entende, com base em pareceres de seus advogados, levando em conta que em geral os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, que tais processos não implicarão prejuízos relevantes, que excedam o saldo da provisão para essas contingências, de R\$ 1.351.511 (2002 - R\$ 1.958.458), suficiente para a cobertura de eventuais decisões judiciais desfavoráveis à CAIXA.

16 FGTS

Nos termos do art. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, a CAIXA é responsável pela plena liquidação dos créditos devidos ao FGTS para operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Conforme Resolução do Conselho Diretor, nº 244, de 21 de fevereiro de 2003, Parecer do Conselho Fiscal da CAIXA, Resolução do Conselho de Administração da CAIXA e autorização do Ministro de Estado da Fazenda, o capital social integralizado foi alterado de R\$ 3.345.727 para R\$ 3.885.000, mediante incorporação de reservas e de lucros acumulados.

b. Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução nº 2.099/94 (Acordo da Basiléia)

Conforme determinações da Resolução nº 2.099/94 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio líquido para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta a seguinte situação:

Títulos/fatores de risco	2003			2002		
	Saldo	Risco ponderado	Patrimônio líquido exigido	Saldo	Risco ponderado	Patrimônio líquido exigido
Risco nulo - 0%	83.580.008	-	-	64.279.219	-	-
Risco reduzido - 20%	25.456.580	5.091.316	560.045	21.338.541	4.267.708	469.448
Risco reduzido - 50%	16.450.769	8.225.385	904.792	14.533.188	7.266.594	799.325
Risco normal - 100%	8.216.438	8.216.437	903.808	11.955.061	11.955.061	1.315.057
Créditos tributários - 300%	1.871.976	5.615.928	617.752	1.998.339	5.995.017	659.452
Risco de crédito de "swap"	361.986	658.157	72.398	321.580	584.690	64.316
Risco de mercado - Taxa de juros	-	1.062.803	116.908	-	1.373.864	151.125
Total	135.937.757	28.870.026	3.175.703	114.425.928	31.442.934	3.458.723
Patrimônio de referência	-	-	5.320.625	-	-	4.301.135
Suficiência	-	-	2.144.922	-	-	842.412
Índice da Basiléia	-	18,43%	-	-	13,68%	-

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

A Resolução BACEN nº 3.059/02 estabelece que a parcela dos créditos tributários, cuja expectativa de realização seja superior a cinco anos, deve ser excluída para efeito de cálculo do nível I do Patrimônio de Referência (PR), utilizado como parâmetro para a definição dos limites operacionais das instituições financeiras, conforme cronograma definido pela própria Resolução.

A administração, com base nos estudos técnicos que definiram a expectativa de realização dos créditos tributários, não prevê que a redução de seu Patrimônio de Referência (PR), que será feita em decorrência da exclusão mencionada no parágrafo anterior, resultará em limites operacionais inferiores aos mínimos exigidos atualmente pela Autoridade Monetária.

c. Reservas de reavaliação

Em dezembro de 2002 a CAIXA efetuou a reavaliação de 100% dos imóveis de uso, sendo solicitada autorização ao Banco Central do Brasil, nos termos do Ofício DENOR/GABIN nº 98/380-A, de 30 de setembro de 1998. A reavaliação foi executada por empresas de engenharia credenciadas, especializadas em avaliação de imóveis com o monitoramento e acompanhamento da execução dos serviços pelos profissionais do próprio quadro da CAIXA.

d. Reservas de lucros

A reserva de lucros é constituída por reserva legal no montante de R\$ 43.000, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, e reserva para incorporação ao capital proveniente dos resultados com a administração das loterias, sendo apurado no 1º semestre de 2003 o montante de R\$ 39.723 (2002 - R\$ 84.423).

e. Dividendos

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, de no mínimo, 25%. Neste semestre foram distribuídos dividendos no montante de R\$ 210.688 e juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 248.204, totalizando 53,36% sobre o lucro líquido ajustado do semestre.

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

18 Remuneração de empregados e de administradores

Estão destacadas a seguir as remunerações pagas aos empregados e administradores, não deduzidas as parcelas de glosas de que tratam o Decreto-Lei nº 2.355/87 e a Lei nº 8.852/94.

Remuneração de junho de 2003	Administradores	Empregados
Maior	17.040,00	14.200,00
Média	17.040,00	3.186,42
Menor	17.040,00	507,68

19 Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

a. Créditos tributários

A rubrica “Créditos tributários” possui como valores relevantes:

- Créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/01;
- Créditos de IR decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias; e
- Créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999.

O crédito tributário constituído é de R\$ 4.882.492 (2002 - R\$ 5.766.532) para o IRPJ e de R\$ 1.498.936 (2002 - R\$ 2.003.887) para a CSLL, totalizando o montante de R\$ 6.381.428 (2002 - R\$ 7.770.419). Em função de entendimento da Administração, decorrente dos estudos quanto à realização dos créditos tributários, foram constituídas provisões no valor de R\$ 4.509.452 (2002 - R\$ 5.772.082), resultando em um total de créditos tributários líquidos de provisão de R\$ 1.871.976 (2002 - R\$ 1.998.337).

Não foram constituídos créditos tributários no montante de R\$ 1.122.839.

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Origem dos créditos tributários

	2003		2002	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.003.179	-	777.432	-
Provisão SFH	645.333	232.320	416.210	-
Provisão para contingências	303.501	109.260	637.131	11.707
Provisão - Passivo junto a FUNCEF	-	-	510.054	8.130
Outros	133.353	89.051	414.070	842.620
Prejuízo fiscal	2.797.126	-	3.011.636	-
Base negativa	-	472.122	-	745.461
Contribuição social MP nº 2.158-35/01	-	596.183	-	395.969
Total dos créditos tributários	<u>4.882.492</u>	<u>1.498.936</u>	<u>5.766.533</u>	<u>2.003.887</u>

Expectativa de realização dos créditos tributários

Valor contábil:

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	Subtotal
IRPJ	109.954	63.695	68.038	54.592	45.060	341.339
CSLL	67.209	38.981	41.639	33.411	27.577	208.817

Anos	2008 a 2012	2013 a 2017	2018 a 2022	2023 a 2027	2028 a 2032	2033	Total
IRPJ	225.301	225.301	225.301	225.301	225.301	51.432	1.519.276
CSLL	126.135	17.748	-	-	-	-	352.700

Valor presente:

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	Subtotal
IRPJ	98.613	52.169	51.125	37.809	28.762	268.478
CSLL	60.277	31.928	31.288	23.139	17.602	164.234

Anos	2008 a 2012	2013 a 2017	2018 a 2022	2023 a 2027	2028 a 2032	2033	Total
IRPJ	113.341	75.377	38.986	25.928	22.171	3.449	547.730
CSLL	63.454	6.944	-	-	-	-	234.632

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Os estudos técnicos foram desenvolvidos a partir dos resultados projetados, observadas as metas e as regras estabelecidas para os produtos da instituição, bem como as perspectivas de mercado e avaliação de indicadores econômicos projetados em função da tendência do cenário econômico para o País.

A Resolução BACEN nº 3.059/02 estabelece que a parcela dos créditos tributários, cuja expectativa de realização seja superior a cinco anos, deve ser excluída para efeito de cálculo do nível I do Patrimônio de Referência (PR), utilizado como parâmetro para a definição dos limites operacionais das instituições financeiras, conforme cronograma definido pela própria Resolução.

A administração, com base nos estudos técnicos que definiram a expectativa de realização dos créditos tributários, não prevê que a redução de seu Patrimônio de Referência (PR), que será feita em decorrência da exclusão mencionada no parágrafo anterior, resultará em limites operacionais inferiores aos mínimos exigidos atualmente pela Autoridade Monetária.

O valor presente dos créditos foi calculado em atendimento à Circular nº 3.171/02, do BACEN, considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

b. Demonstrativo de apuração do IRPJ e CSLL

	2003		2002	
	IRPF	CSLL	IRPF	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	<u>946.453</u>	<u>946.453</u>	<u>683.650</u>	<u>683.650</u>
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas de 25% e 9%	(236.601)	(85.181)	(170.901)	(61.529)
Efeitos tributários das adições e exclusões	<u>139.735</u>	<u>50.144</u>	<u>136.403</u>	<u>(23.589)</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.482	5.670	99.031	(58.804)
Provisão do SFH	(584.487)	(210.415)	11.423	(2.641)
Provisão para contingências	(16.341)	(5.883)	(32.520)	(11.707)
Despesas/Receitas do FGTS	166.122	59.805	160.259	57.693
Provisão - Passivo junto a FUNCEF	571.443	205.719	(22.584)	(8.130)
Outras	(12.484)	(4.752)	(79.206)	-
Juros sobre o capital próprio	62.052	22.338	-	-
Ativo fiscal diferido	9.337	6.076	10.354	25.535
Incentivo fiscal	735	-	400	-
Outros valores	<u>8.998</u>	<u>1.334</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Despesa total de IRPJ e CSLL	(<u>15.744</u>)	(<u>5.289</u>)	(<u>23.744</u>)	(<u>59.583</u>)

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Movimentação do crédito tributário

	Valor bruto	Provisão	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2002	7.481.419	(5.568.363)	1.913.056
Realização do crédito tributário	(15.414)	-	(15.414)
Baixa de crédito tributário - Ano de 2002 MP nº 2.158-35/01	(25.666)	-	(25.666)
Reversão	(1.058.911)	1.058.911	-
Saldos em 30 de junho de 2003	<u>6.381.428</u>	<u>(4.509.452)</u>	<u>1.871.976</u>

20 Outras informações

a. Receitas de prestação de serviços

	2003	2002
Administração do FGTS	581.833	490.313
Administração do FCVS	53.360	38.372
Administração do PIS	42.654	40.931
Administração das loterias	174.368	146.358
FGTS - Tarifas	229.938	204.801
Seguro-desemprego	93.732	89.448
Cadastro social	53.897	48.141
Orçamento Geral da União - OGU	17.277	36.141
Administração de fundos de investimentos	116.753	106.680
Tarifas de convênios	289.560	272.326
Serviços de compensação e outros papéis	56.970	44.693
Tarifas sobre manutenção de conta corrente	100.980	97.967
Cobrança de títulos	98.498	87.799
EMGEA - Serviços prestados	179.964	202.337
Outros serviços	<u>170.420</u>	<u>109.854</u>
	<u>2.260.204</u>	<u>2.016.161</u>

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Despesas com pessoal e administrativas

	2003	2002
Despesas com pessoal		
Proventos	(1.177.524)	(1.051.070)
Benefícios	(210.632)	(231.485)
Encargos sociais:		
FGTS	(89.051)	(79.429)
Previdência social	(253.806)	(231.459)
Previdência complementar	(57.979)	(56.924)
Outros	(53.461)	(53.221)
	<u>(1.842.453)</u>	<u>(1.703.588)</u>
Despesas administrativas		
Comunicações	(170.284)	(155.351)
Manutenção e conservação de bens	(115.785)	(103.680)
Água e energia	(52.903)	(39.315)
Aluguéis	(129.368)	(82.185)
Despesas de material	(70.660)	(42.307)
Processamento de dados	(456.232)	(426.913)
Promoções e relações públicas	(10.198)	(11.185)
Propaganda e publicidade	(9.758)	(44.252)
Serviços do sistema financeiro	(72.467)	(64.374)
Serviços de terceiros	(109.665)	(99.631)
Serviços especializados	(193.499)	(159.223)
Serviços de vigilância e segurança	(67.775)	(63.420)
Depreciação e amortização	(250.762)	(222.862)
Outras administrativas	(48.852)	(59.250)
	<u>(1.758.208)</u>	<u>(1.573.948)</u>

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Composição das contas “Outras receitas/despesas operacionais”

	2003	2002
Outras receitas operacionais		
Comissões e taxas sobre operações	432.964	303.018
Recuperação de despesas	88.989	93.633
Créditos com a União	15.372	31.846
Reversão de outras provisões operacionais	1.118.564	125.650
Rendas de outros créditos - COMPESA (Nota 8 (b) (i))	16.111	10.788
Rendas de outros créditos - EMBASA (Nota 8 (b) (i))	17.628	40.307
Receitas de cartões de crédito	44.956	58.596
Rendas de créditos securitizados	-	26.529
Receitas de dividendos	37.077	-
Outras receitas operacionais	<u>177.125</u>	<u>71.290</u>
	<u>1.948.786</u>	<u>761.657</u>
Outras despesas operacionais		
Despesas com reservas atuariais - FUNCEF/PREVHAB	(442.343)	(186.337)
Despesas com FCVS a receber - Resíduos (Nota 6(a))	(2.307.525)	(340.033)
Despesas sobre obrigações com fundos e programas	(115.684)	(81.622)
Remuneração de revendedor lotérico	(110.399)	(106.887)
Provisão para contingências	(272.259)	(189.485)
EMGEA/UNIÃO	(153.617)	(137.485)
Despesas com revendedor lotérico	(104.727)	(105.829)
Despesas com banco 24 horas	(40.992)	(36.635)
Despesas com cartão de crédito	(69.354)	-
Premiação de poupança	-	(20.749)
Despesas de condenações judiciais	(45.778)	-
Outras despesas operacionais	<u>(203.960)</u>	<u>(163.081)</u>
	<u>(3.866.638)</u>	<u>(1.368.143)</u>

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

d. Administração de entidades sociais

Os saldos de patrimônio líquido das entidades administradas pela CAIXA (Nota 1) montam a R\$ 37.420.078 (2002 - R\$ 31.420.767) negativos. O principal refere-se ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), no montante de R\$ 72.516.386 (2002 - R\$ 63.075.398) negativos, cuja responsabilidade pelo cumprimento de suas obrigações é da União Federal, conforme Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

Entidade	2003	2002
PIS	19.738.785	18.600.781
FGTS	12.049.150	10.208.782
FAR	2.181.281	1.705.433
FCVS	(72.516.386)	(63.075.398)
FDS	503.097	422.548
FAS	358.339	326.817
SH	-	128.573
PCE	235.025	233.780
FIEL	<u>30.631</u>	<u>27.917</u>
	<u>(37.420.078)</u>	<u>(31.420.767)</u>

e. Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER

Os recursos contraídos com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para a aplicação no Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), da ordem de R\$ 1.557.628, têm custo de captação com base na taxa SELIC, enquanto não aplicados em operações de crédito, e com base na TJLP, após a liberação para os mutuários. O prazo médio das aplicações é de quatro anos e o vencimento final em 2012. Os recursos livres para aplicação, atualizados com base na taxa SELIC, totalizam R\$ 353.940. O saldo dos recursos aplicados é de R\$ 1.203.688.

f. Benefícios a empregados

(i) Plano de benefícios - Previdência privada

A CAIXA é patrocinadora da Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF), que tem por objetivo a administração de planos de benefícios de natureza previdenciária, nas condições previstas nos regulamentos próprios, havendo atualmente planos de benefício definido e de contribuição definida.

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Para a consecução dos objetivos da FUNCEF e em complementação às contribuições dos participantes, a CAIXA efetua contribuições de acordo com o percentual determinado segundo fórmulas atuariais, sendo o montante desembolsado no 1º semestre de 2003 de R\$ 62.117 (2002 - R\$ 59.634). O plano de custeio da entidade enquadra-se como benefício definido para 42.999 associados, enquanto para 4.334 enquadra-se como contribuição definida.

A CAIXA, na condição de patrocinadora, submeteu à apreciação do Ministério da Fazenda e obteve aprovação, bem como manifestação favorável do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, a alteração do Regulamento do Plano de Benefício da FUNCEF para: (i) adequação parcial das disposições das Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001; (ii) a incorporação de novas condições de custeio do Plano pelos participantes e pela patrocinadora; e (iii) o estabelecimento de critérios de migração dos participantes dos planos de benefícios REPLAN/REB para a nova versão do plano REB de contribuição definida. Para fazer face à implementação do processo de migração, a CAIXA constituiu provisão no valor de R\$ 81.386 (2002 - R\$ 168.527).

O valor presente das obrigações atuariais dos planos, calculadas por atuário independente, está coberto pelo patrimônio dos planos.

(ii) Plano de saúde - SAÚDE CAIXA

Em 1º de fevereiro de 2002, entrou em vigor o SAÚDE CAIXA - um programa de saúde instituído pela CAIXA e por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterapia, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, de serviços sociais e nutricional, com atendimento realizado por rede de credenciados e abrangência nacional. É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos beneficiários inscritos, entendendo-se por titulares os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, PREVHAB, CAIXA SEGUROS, Fundo PMPP ou INSS.

Os recursos do SAÚDE CAIXA são assim constituídos:

- Contribuição mensal da CAIXA, correspondente a 3,5% da folha de pagamento, incluídos os encargos sociais;
- Mensalidade do titular de R\$ 38,26, por grupo familiar; e
- Mensalidade do titular de R\$ 21,67, para cada dependente.

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

O plano é equilibrado atuarialmente, conta com adesão de 96,6% e está previsto no Acordo Coletivo de Trabalho 2002 e 2003.

g. Resultado não operacional

Refere-se, principalmente, às despesas com provisões para desvalorização de imóveis de bens não de uso próprio deduzidas da receita com lucro na alienação de imóveis.

h. Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 65.312, referente aos imóveis patrimoniais penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

i. Participação dos empregados nos lucros

Foi efetuada provisão para pagamento de participação nos lucros - PRX, no montante de R\$ 50.000.

21 Reclassificações para fins de comparabilidade

Para uma melhor comparabilidade das demonstrações financeiras, foram efetuadas reclassificações nos saldos de junho de 2002, visando à adequação aos procedimentos/classificações contábeis.

Balanço	Valor publicado	Valor reclassificado	Saldo do Balanço
Ativo - Circulante e realizável a longo prazo			
Outros créditos - Rendas a receber	620.556	(254)	620.302
Outros créditos - Diversos	4.986.776	(545)	4.986.231
Provisão para outros créditos	(346.514)	799	(345.715)
Passivo - Circulante e exigível a longo prazo			
Outras obrigações - Obrigações por fundos e programas sociais	509.853	37.074	546.927
Outras obrigações - Obrigações por fundos financ. e de desenvol.	307.958	(37.074)	270.884

Caixa Econômica Federal

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

DRE	Valor publicado	Valor reclassificado	Saldo do Balanço
Despesa de intermediação financeira	(4.214.922)	(22.247)	(4.237.169)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(175.112)	(22.247)	(197.359)
Resultado bruto da intermediação financeira	2.935.656	(22.247)	2.913.409
Outras receitas/despesas operacionais	(2.190.590)	22.247	(2.168.343)
Resultado de participações em coligadas e controladas	29.396	(17.306)	12.090
Outras receitas operacionais	744.351	17.306	761.657
Outras despesas operacionais	(1.390.390)	22.247	(1.368.143)

Caixa Econômica Federal

Jorge Eduardo Levi Mattoso
Presidente

Aser Cortines Peixoto Filho
Vice-Presidente

Fábio Lenza
Vice-Presidente

Fernando Nogueira da Costa
Vice-Presidente

João Aldemir Dornelles
Vice-Presidente

João Carlos Garcia
Vice-Presidente

Marcos José Rodrigues Torres
Vice-Presidente

Paulo Roberto Paixão Bretas
Vice-Presidente

Telmo Marques Costa
Superintendente Nacional de Contadoria
Contador - CRC-CE-5.031/O-4 T - DF

José Rogério Krticka
Gerente Nacional de Contabilidade CAIXA
Contador - CRC-RS-035890/T-2 - DF